RELATÓRIO & CONTAS

2009

TECNICRÉDITO SGPS, S.A.

BANIF MAIS

A força de acreditar

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Francisco da Cunha Lucas
Presidente

Tomaz Andrade Rocha
Mário Figueiredo Costa

CONSELHO FISCAL

António Freitas dos Santos
Presidente

Manuel Santos Caseirão
KPMG & Associados, SROC, SA

CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Mário Leite Santos
Presidente

Manuel Pinto Marta
Manuel Carvalho Fernandes
João Ibérico Nogueira
Vitor Farinha Nunes

Capital Social € 17.500.000 | Matrícula nº 500 460 329 da C.R.C. Lisboa | C.I.P.C. Nº 500 460 329

ÍNDICE

01. Síntese dos Principais Indicadores da Actividade 02

02. Relatório do Conselho de Administração 03

03. Demonstrações Financeiras Consolidadas 16

04. Demonstrações Financeiras Individuais 21

05. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 26

06. Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização 107

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE

Números significativos (base IAS/IFRS)

	31.12.2009	31.12.2008	Variação
Activo líquido (1)	927,331	1,120,513	-17.2%
Crédito Total (1)	901,623	1,102,029	-18.2%
Capitais Próprios	173,541	170,095	2.0%
Margem Financeira	65,640	77,102	-14.9%
Cash-Flow	47,008	68,835	-31.7%
Resultado líquido	23,638	30,272	-21.9%
Produto Bancário	76,496	94,173	-18.8%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	7.3%	8.2%	-0.9%
Cost to Income	37.1%	32.2%	4.9%
Custos Pessoal/Produto Bancário	12.7%	10.3%	2.4%
ROE	9.5%	12.8%	-3.3%
ROA	2.2%	2.6%	-0.4%
N.º de Empregados	462	497	-7.0%
RAI/Activo Líquido Médio	0	0	-0.1%
RAI/Capitais Próprios Médios	13.0%	15.0%	-2.1%
Rácio Solvabilidade	25.4%	23.6%	1.9%
Crédito Vencido/Crédito Total (1)	20.5%	13.3%	7.2%
Crédito c/ incumprimento há + 90 dias/ Crédito Total (1)	20.2%	12.6%	7.6%
Crédito c/ incumprimento há + 90 dias Liq./ Crédito Total	5.0%	0.9%	4.1%
Provisões/Crédito Vencido (1)	78.1%	88.6%	-10.5%

Notas:

(1) Para efeitos de comparabilidade com 2009, os valores de 2008 das rubricas Activo Líquido, Crédito Total e indicadores de Qualidade do Crédito são valores pró-forma de modo a reflectir a reposição em balanço de créditos outrora write-off mas sobre os quais o Banco ainda tem expectativa de recuperação (aplicação pró.forma em 2008 da Carta Circular 15/2009 do Banco de Portugal)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
referente à actividade e às contas de 2009 da TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Relatório e as Contas da Tecnicrédito SGPS relativos ao ano de 2009.

Síntese dos principais acontecimentos do ano

Integração no Banif Grupo Financeiro

O ano de 2009 ficou marcado pela integração do Grupo Tecnicrédito, grupo onde está inserido o Banco Mais, S.A., no Banif – Grupo Financeiro.

Em 10 de Julho de 2009, os accionista, àquela data, da Tecnicrédito SGPS celebraram um contrato com o Banif SGPS, nos termos do qual resultou a cedência da totalidade das suas acções, em troca de 70 milhões de acções, mais 70 milhões de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em acções, em ambos os casos emitidas pela Banif SGPS, S.A, e ainda um montante em dinheiro determinado em 28 de Fevereiro de 2010.

Em consequência destas operações, o Banif – Grupo Financeiro passou a incorporar integralmente no seu grupo a Tecnicrédito e, em contrapartida, a Auto Industrial (AI) passou a ser o segundo maior accionista do Banif SGPS, após a Rentipar, que mantém a sua posição de accionista maioritário da sociedade.

Ainda no último trimestre do ano foram encetados os trabalhos entre as equipas do Banco Mais e do Banif – Grupo Financeiro no sentido de obter maiores níveis de sinergias e eficiência ao nível das plataformas operacionais, bem como dos meios humanos existentes, tirando assim o máximo partido da integração.

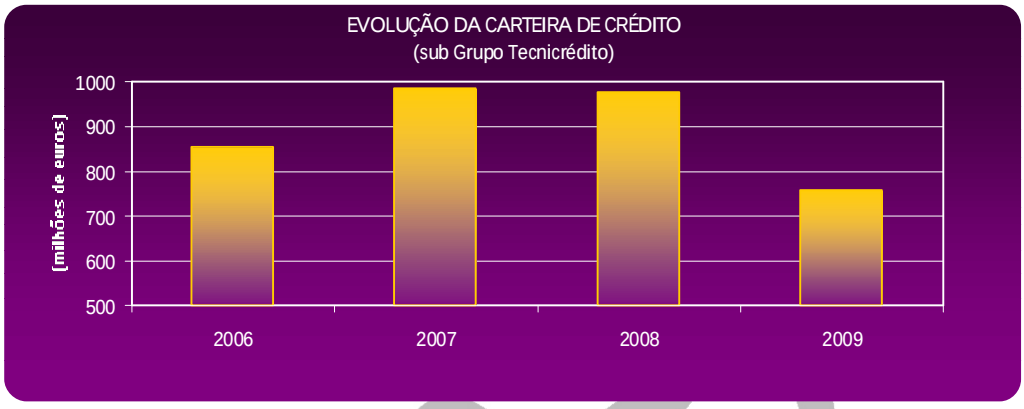
Breve balanço de 2009

O Resultado Líquido Consolidado de 2009 do sub Grupo Tecnicrédito (Tecnicrédito) situou-se nos 23,6 milhões de euros que compara com os 30,3 milhões de euros do ano anterior. Trata-se de um resultado bastante bom, para o qual contribuiu uma gestão cautelosa e realista e a prossecução de uma estratégia de prevenção de risco que veio a revelar-se decisiva num contexto económico propício a níveis de incumprimento elevados.

O desempenho comercial foi condicionado pela conjuntura económica desfavorável, pela moderação do mercado automóvel europeu e principalmente pelas rígidas políticas de concessão de crédito que pautaram a actividade de todas as operações da Tecnicrédito. Nesse cenário, a actividade nos mercados nacional e internacional traduziu-se na concessão de 101,3 milhões de euros de crédito, decorrentes da celebração de 16.350 novos contratos. Esses valores são compreensivelmente inferiores aos apresentados em 2008, sendo que a quebra foi sentida de forma transversal em todos os países onde a Tecnicrédito opera. No entanto como resultado das austeras medidas de concessão de crédito adoptadas, os negócios concretizadas durante o ano de 2009 apresentam um elevado nível de qualidade, indiciando para já um comportamento bastante bom em matéria de risco.

Em Portugal a quebra registada foi na ordem dos 60%, tendo sido celebrados 11.947 novos contratos (incluindo 115 da Tecnicrédito ALD) que representam um total de crédito concedido de 85,8 milhões de euros. No estrangeiro, o abrandamento comercial das operações na Hungria, Eslováquia e Polónia traduziu-se na concessão de 15,2 milhões de euros de crédito, através da celebração de 4.378 novos contratos. A sucursal de Espanha manteve em 2009 o total enfoque da sua actividade na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo praticamente concessão de novos créditos.

Não obstante a redução da produção, o portfólio em balanço registou uma contracção menos acentuada, com uma quebra, ainda assim, de 22%. Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira de crédito a clientes, líquida de imparidade, da Tecnicrédito era de 757,4 milhões de euros, quando um ano antes era de 967,1 milhões de euros.



Já no decorrer do mês de Janeiro de 2010 e na sequência do processo de integração do Grupo Tecnicrédito no Banif – Grupo Financeiro, a Tecnicrédito SGPS celebrou com a Société Générale um acordo de venda da sua participação de 30% no capital do Banco Pecúnia.

Deste acordo resultará um encaixe financeiro de cerca de 15,4 milhões de euros, valor muito próximo do investimento efectuado e do valor registado em balanço para esta participação no final de 2008.

Durante o ano de 2009 ao abrigo do programa de titularização de activos BMORE 5 foram cedidos 140,6 milhões de euros, compensando desse modo parte dos pagamentos ocorridos nas operações BMORE 3 e BMORE 4, ambas já nos respectivos períodos de amortização. O período de *revolving* do programa ABCP da BMORE 5 irá continuar até finais de 2010. A totalidade dos créditos vivos nos programas de titularização em curso eram, no final de 2009, de 303 milhões de euros.

Nova legislação no sector do crédito ao consumo

Em 1 de Julho de 2009 entrou em vigor em Portugal o Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, que trouxe impactes directos na actividade de concessão de crédito ao consumo, nomeadamente através de medidas como a coligação de contratos entre o credor e fornecedor do bem objecto de financiamento, regras de antecipação dos contratos bastante mais favoráveis para os consumidores, alargamento dos períodos de reflexão e introdução de uma ficha de informação normalizada (FIN). Apesar do pouco tempo concedido às Instituições para ajustarem o seus procedimentos às novas regras, o Banco Mais conseguiu estar completamente operacional desde o primeiro dia de entrada em vigor, tendo sido pioneiro e célere na tomada de decisões comerciais e operacionais, sem prejudicar a relação com os parceiros de negócio.

Acordo Chevrolet

Já no último trimestre de 2009, foi celebrado com a Chevrolet Portugal um contrato de parceria nos termos do qual o Banco Mais passou a ser a financeira exclusiva da marca em Portugal no financiamento dos stocks da sua rede de concessionários. Este acordo de parceira, representa a entrada numa área de negócio onde o Banco não estava presente, a qual a administração acredita que irá contribuir para dinamizar a actividade comercial durante o ano de 2010.

Quadro Geral da Economia

Enquadramento económico

O ano de 2009 ficou marcado pela continuação da crise verificada no ano anterior, tendo-se denotado no último semestre uma ligeira retoma, derivada das políticas monetárias e orçamentais levadas a cabo pelas principais

economias. Ainda assim, apenas através do recurso a injecções massivas de liquidez no mercado e taxas de juros historicamente baixas foi possível estabilizar o sistema financeiro e facilitar o processo de *deleverage* de empresas e famílias. Contudo, dada a elevada taxa de desemprego, a evolução do consumo privado e confiança das famílias acabou por ter desempenhos positivos ainda tímidos no final do ano de 2009.

Nos Estados Unidos o PIB contraiu em 2009 2,7%, valor mais baixo dos últimos 63 anos. Apesar disso, no segundo semestre do ano o mesmo indicador apresentou uma trajectória contrária. A crise continua ainda a ter influência sobre diversas áreas: a taxa de desemprego ultrapassa os 11%, pior taxa dos últimos 26 anos, e o país sofre uma deflacção de 0,5%. O mercado habitacional ainda não está recuperado e a procura interna tem desempenhos positivos muito baixos.

País / Região	Crescimento anual do PIB		Taxa Inflação		Taxa desemprego		Déficite Público	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
União Europeia	0.9%	-3.7%	3.5%	0.5%	6.8%	8.7%	-2.2%	-6.8%
Zona Euro	0.7%	-4.2%	3.3%	0.1%	7.8%	10.2%	-2.0%	-6.4%
Reino Unido	0.7%	-4.5%	3.6%	1.4%	5.6%	7.8%	-5.0%	-12.1%
EUA	0.4%	-2.7%	3.8%	-0.5%	5.8%	9.2%	-6.4%	-11.3%
Japão	-0.7%	-5.4%	1.4%	-1.1%	4.0%	5.4%	-3.8%	-8.0%
Ásia Emergente	6.7%	4.9%	6.2%	1.7%	3.6%	3.7%	-1.8%	-4.4%
Economia Global	2.3%	-1.0%	4.2%	1.1%	4.9%	6.4%	-2.4%	-6.0%

A *fed fund rate* manteve-se virtualmente nula, no intervalo entre 0% e 0,25%, não tendo sido alterada desde Dezembro de 2008. Para 2010 prevêem-se alterações uma vez que o Fed, tal com o BCE, sinalizaram recentemente o início do processo de normalização da política monetária, terminando as injecções de liquidez sentidas durante os anos de 2008 e 2009.

Pela performance dos indicadores referidos, e apesar da recuperação sentida em particular no último trimestre, o *National Bureau of Economic Research* ainda não declarou o fim do ciclo recessivo na economia norte-americana, iniciado em Dezembro de 2007.

Taxas de Juros de Referência		
País / Região	Valor Dezembro 08	Valor Dezembro 09
EUA	0.25%	0.25%
Zona Euro	2.50%	1.00%
Reino Unido	2.00%	0.50%
Japão	0.00%	0.10%

Na Zona Euro puderam observar-se ao longo do ano diferentes ritmos de recuperação face à crise, sendo na sua maioria uma recuperação lenta e gradual, sentida particularmente no último trimestre do ano. As preocupações da Comissão Europeia com os desequilíbrios orçamentais de algumas economias, como a Grega, Portuguesa e Espanhola, têm sido crescentes, levando a alguma pressão para a adopção de medidas orçamentais mais restritivas.

As projecções apontam para uma contracção de 4,2% do PIB da Zona Euro em 2009, uma taxa de desemprego superior a 10% e um déficite público de 6,4%. Todos os indicadores apresentarão assim em 2009 piores resultados que os de 2008, ano de início da crise financeira. Todos estes indicadores aliados à falta de dinamismo da procura interna e do consumo privado, irão certamente condicionar o crescimento económico de 2010, que se prevê lento. As famílias continuam a adoptar uma postura bastante prudente face à retoma, resultado da contínua subida do desemprego, falta de dinamismo na concessão de crédito e agravamento das contas públicas.

O Banco Central Europeu decidiu manter inalterada a taxa de juro de referência, em 1%, desde o dia 7 de Maio de 2009. Com esta medida, o BCE, espera que a estabilidade de preços seja mantida por forma a impulsionar o consumo das famílias, este que é um dos factores que mais pode retardar a recuperação da crise.

Ao longo do ano observou-se, globalmente, uma recuperação da procura e do investimento e um fortalecimento dos fluxos de comércio internacional. Desta forma, e sem pressões inflaccionistas no horizonte próximo, prevê-se que as economias possam, ao longo do ano de 2010, continuar a beneficiar de taxas de juros baixas.

Média Mensal das Taxas de Câmbio de Referência			
Moeda	Dezembro 08	Dezembro 09	Variação 08/09
EUR/USD	1.345	1.423	5.80%
EUR/GBP	0.904	0.900	-0.53%
EUR/JPY	122.513	131.210	7.10%
EUR/BRL	3.227	2.557	-20.77%

Principais Indicadores económicos nos vários países onde o Grupo se encontra presente

A actividade económica na União Europeia terminou o ano de 2009 com sinais de ligeira recuperação da crise económica instalada desde o ano anterior. Contudo, a retoma das economias onde o Grupo actua não está a ser a mesma em todos os países.

País	Crescimento anual do PIB		Taxa Inflação		Taxa desemprego		Déficite Público	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Portugal	0.0%	-2.7%	2.7%	-0.8%	7.6%	9.5%	-2.7%	-9.3%
Espanha	1.2%	-3.7%	4.1%	-0.3%	11.3%	18.3%	-4.1%	-11.4%
Hungria	0.6%	-5.0%	6.0%	4.2%	7.8%	10.5%	-3.8%	-4.1%
Eslováquia	6.4%	-3.5%	3.9%	1.6%	9.5%	12.3%	-2.3%	-6.3%
Polónia	4.9%	1.2%	4.2%	3.8%	7.1%	8.4%	-3.6%	-6.4%
Brasil	5.1%	0.5%	5.9%	4.4%	7.9%	7.4%	-2.0%	-4.2%

Em Janeiro de 2009 o rating da dívida pública Portuguesa sofreu um *downgrading*, de AA- para A+, sendo que em Dezembro a Standard&Poors voltou a baixar a notação financeira da dívida Portuguesa, alterando as perspectivas de "estáveis" para "negativas", em consequência da deterioração das finanças públicas e do esperado aumento do rácio da dívida pública face ao Produto Interno Bruto.

A retoma na economia Portuguesa continua muito lenta dada, sobretudo, a elevada taxa de desemprego que se situava nos 9,5% no final do ano de 2009. Também impulsionado pelo elevado desemprego, o índice de confiança dos consumidores diminuiu nos últimos dois meses do ano, invertendo o movimento ascendente que vinha a observar desde Abril. A economia Portuguesa sofreu ainda uma contracção no PIB de 2,7% e o déficite público atingiu os 9,3%, valores substancialmente piores que os verificados no ano anterior e que exigirão um esforço suplementar por forma cumprir com os requisitos da União Europeia até ao ano de 2012.

Apesar de todos os indicadores apresentados, estima-se que o ano de 2010 possa ser um ano de recuperação da crise, sendo que bastante moderada.

A economia espanhola apresentou no último semestre de 2009 uma ligeira melhoria, mas insuficiente para evitar um queda do PIB de 3,7% no acumulado do ano. O comportamento do consumo privado, do investimento e as restrições na concessão de crédito foram os principais responsáveis por esta forte queda da economia. O nível de desemprego foi particularmente afectado pelo contexto económico, tendo o número de desempregados registado o valor mais elevado dos últimos 16 anos, terminando a taxa de desemprego em 18,3%.

A Hungria foi um dos países mais afectados pela crise internacional. Depois dos acontecimentos de Setembro de 2008, com o reposicionamento dos portfolios dos investidores internacionais, o país enfrentou sérias dificuldades para conseguir refinanciar parte da sua dívida pública, situação que implicou o recurso à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições internacionais. O *forint* húngaro chegou a desvalorizar-se cerca de 14% no espaço de um mês, tendo contudo recuperado ao longo do ano, atingindo em 31 de Dezembro a cotação de 270,42 contra o euro, valor próximo do registado um ano antes.

O panorama macroeconómico internacional continuou altamente incerto no início de 2009 e apesar da ligeira recuperação verificada nos dois últimos meses de 2008, fruto das medidas tomadas pelo Banco Nacional da Hungria (MNB), o *forint* voltou a desvalorizar-se atingindo o seu câmbio mínimos históricos sucessivos nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. No dia 16 de Março o *forint* cotava oficialmente a 316 contra o euro, uma desvalorização de 19.3% face à cotação do fecho de 2008.

A falta de liquidez nos mercados financeiros internacionais, que se vinha verificando desde o último trimestre de 2008, continuou durante este período, tempo suficiente para que o impacto da crise financeira se começasse a fazer sentir fortemente na esfera da economia real. As empresas tiveram mais dificuldades em aceder ao crédito, o mesmo acontecendo aos consumidores, o que não permitiu a manutenção dos padrões de consumo que existiam antes da crise.

O processo de ajustamento da economia húngara ao panorama de contracção da economia internacional foi intenso. No final do terceiro trimestre o PIB tinha caído 7,1%, contando com uma redução no consumo privado de 8,8%. As importações reduziram-se a um ritmo mais intenso do que as exportações, com decréscimos de 14,6% e 6,9%, respectivamente. Este números tiveram impacto ao nível da taxa de desemprego, a qual era de 8% em Dezembro de 2008, tendo subido para 10,5% um ano mais tarde.

Apesar do processo de ajustamento extremo que a economia húngara sofreu, o défice orçamental húngaro vai estar em linha com os objectivos delineados inicialmente para 2009, representando cerca de 4,1% do PIB, o que coloca o país numa situação confortável face a outros membros da União Europeia.

De salientar que devido ao facto de grande parte do crédito ao consumo e à habitação, desde 2002-2003, ser concedido em moeda estrangeira (devido ao diferencial entre as taxas de juro do *forint* húngaro e daquelas divisas, principalmente francos suíços e euro), as autoridades de supervisão financeira húngaras têm vindo a propor ao mercado, inicialmente através de recomendações e recentemente intervindo no processo consultivo de preparação legislativa, uma série de restrições que visam tornar mais difícil o acesso àquele tipo de créditos em moeda estrangeira. Os objectivos destas medidas são claros: reforçar a estabilidade financeira do sistema, minorando o risco de crédito implícito naquelas transacções em caso de desvalorização da moeda local; desincentivar a acumulação deste tipo de carteiras de crédito por parte das instituições financeiras, reduzindo a sua necessidade de endividamento no exterior.

As medidas introduzidas terão consequências nas práticas de mercado, conduzindo inevitavelmente à redução da concessão de novos créditos em moeda estrangeira.

O Banco Nacional da Hungria projecta que a economia húngara se contraia ainda em 2010, em cerca de 0.7%, para retomar o crescimento em 2011, com uma previsão de crescimento do PIB na ordem dos 3.4%.

Moeda		Dez-2008	Dez-2009
Forint Húngaro	EUR / HUF	266.70	270.42
Zloti Polaco	EUR / PLN	4.15	4.10

A economia Eslovaca apresentou em 2009 um abrandamento acentuado, com o PIB a decrescer 3,5%, depois de ter crescido de forma significativa nos dois últimos anos. Esse valor resulta de uma quebra das exportações (-

16%), consequência da queda da produção de carros novos e de electrodomésticos, juntamente com uma quebra no consumo interno. A taxa de desemprego atingiu os 12,3% e a inflação 1,6%. As previsões apontam, no entanto, para uma recuperação da economia já em 2010, com taxas de crescimento previsionais positivas para o PIB e para as exportações, ainda que com uma manutenção da taxa de desemprego.

A Polónia foi um dos poucos países a registar crescimento real do PIB em 2009, com crescimento superior a 1%. A dimensão e o vigor da procura doméstica e a competitividade externa (resultado de uma forte depreciação do *zloty*) contribuíram de uma forma decisiva para este bom desempenho, num contexto global bastante adverso. O crescimento económico do país continua a ser sustentado pelo consumo privado interno e pelo incremento de rendimentos. Apesar do abrandamento na criação de emprego, o consumo da famílias continua a ter espaço de crescimento por via do crédito, sendo ainda reduzido o nível de endividamento das mesmas. Outro aspecto relevante no ano de 2009, foi a elevada flutuação do *zloty* que, após um primeiro trimestre de forte desvalorização, comportamento que teve o seu inicio no segundo semestre do ano anterior, veio assistir a uma recuperação gradual do terreno perdido nos restantes trimestres do ano. Para além da manutenção das politicas governamentais de combate à crise financeira, de apoio aos desempregados e de suporte ao pagamento do crédito imobiliário, está previsto no curto prazo um pendor ainda mais despesista do estado polaco, atendendo a necessidade de construção de infra-estruturas e ao calendário eleitoral do país.

Mercado Automóvel

De acordo com a ACEA (Associação de Construtores Europeus de Automóveis), no período de Janeiro a Novembro de 2009, as vendas totais de automóveis ligeiros de passageiros na Europa (EU27 + EFTA) totalizaram as 13.406.382 unidades, o que revela um decréscimo de 2,8% face a igual período de 2008.

Ao contrário do que se verificou nos dois anos anteriores, em 2009 a quebra das vendas nos mais recentes estados-membros da UE foi bastante mais acentuada – cerca de 27% - do que a registada pela Europa ocidental, onde as vendas contraíram apenas 0,7%. Essa evolução diferenciada reflecte o impacto dos sistemas de incentivos à renovação do parque automóvel em vários dos principais mercados da Europa ocidental.

Os países onde a Tecnicrédito se encontra a operar apresentaram no ano de 2009 comportamentos diferentes nas vendas de veículos novos.

Em Portugal, a venda de automóveis ligeiros de passageiros acompanhou a tendência europeia, apresentando o pior resultado dos últimos 22 anos. Face ao ano transacto, a quebra foi de 24,6%. A crise económica e a elevada fiscalidade são apontadas como as principais razões para a forte contracção, a qual ainda assim foi amenizada devido ao programa de incentivos ao abate.

	Veículos Novos - Mercado Ligeiros				
	2006	2007	2008	2009	Var. 08/09
Portugal	194,702	201,816	213,389	160,991	-24.6%
Hungria	187,676	171,661	153,278	60,189	-60.7%
Espanha	1,634,608	1,614,835	1,161,176	952,772	-17.9%
Eslováquia	59,084	59,700	70,040	74,717	6.7%
Polónia	239,038	293,305	320,040	320,317	0.1%

O desempenho no mercado de usados é mais difícil aferir, pois as estimativas que eram feitas com base nos registos de propriedade efectuados são agora menos fiáveis, pelo facto de ser obrigatório, desde 2008, o registo provisório das viaturas em nome dos revendedores. De acordo com os dados publicados, o mercado de usados também sofreu uma contracção, mas menos acentuada, tendo-se registado um total de 548.571 registos, que compara com 587.478 em 2008 (menos 6,6%).

Em Espanha o mercado automóvel de veículos novos manteve a tendência de redução iniciada em 2008, apresentando uma variação negativa de 17,9% no número de unidades vendidas. O mercado de usados, apesar de não haver dados estatísticos disponíveis, os rácios apontam para um rácio de veículo novos *vs* veículos usados de 1/1,7, o que representa uma redução das vendas em 13,9% face a 2008. A forte restrição na concessão de financiamento por parte das entidades bancárias e financeiras a operar no mercado espanhol e os elevados níveis de desemprego foram os principiais factores responsáveis pelo comportamento do mercado automóvel em 2009.

No mercado Húngaro as vendas de automóveis novos registaram uma forte quebra em 2009, com um decréscimo no número de unidades vendidas, na ordem dos 60%. Esta redução foi reflexo do forte abrandamento da economia húngara, levando os consumidores finais a adiarem as suas decisões de investimento. De salientar também que, para além do panorama macroeconómico menos favorável, continuaram a existir fortes restrições ao crédito para o financiamento da compra de veículos. Todas as instituições de crédito tiveram de adaptar as suas práticas de concessão de crédito a um ambiente mais restritivo imposto pela autoridade de supervisão (que estabeleceu parâmetros a partir dos quais identificaria "carteiras de crédito arriscadas", podendo conduzir a requerimentos de capital adicionais), nomeadamente em termos dos níveis das entradas iniciais e dos prazos dos contratos (entre outros). Segundo os dados da *Hungarian Leasing Association*, a queda nos volumes de produção de novos créditos foi superior à das vendas de automóveis novos, com um registo estimado de -75% para o ano de 2009

Na Eslováquia o mercado de automóveis novos (ligeiros de passageiros) apresentou um acréscimo de quase 7%, crescimento menos significativo do que o verificado no ano anterior (cerca de 17%). O abrandamento não foi mais acentuado devido ao grande sucesso do *car scrapping bónus* (sistema de incentivos ao abate), que envolveu cerca de 40.000 automóveis. No segmento de usados, embora não haja estatísticas disponíveis, estima-se que o decréscimo das vendas tenho sido superior a 40%, como consequência do referido sucesso do *car scrapping bonus* nas vendas de novos. O número de viaturas financiadas decresceu em 2009 cerca de 38%, invertendo a tendência dos últimos anos.

Na Polónia, o mercado automóvel em 2009 apresentou uma performance semelhante ao do ano anterior, com o nível de vendas de automóveis novos ligeiros de passageiros apresentando uma variação positiva de apenas 0,1%. No entanto, o número de viaturas novas registadas no país foi inferior em 13,5% quando comparado com 2008. Esta diferença, entre o número de viaturas vendidas e o número de viaturas registadas, é justificada pelo significativo volume de viaturas exportadas para os mercados vizinhos, da Alemanha e da Eslováquia. Relativamente ao mercado de usados, para o qual não há dados disponíveis, apenas é possível aferir o seu desempenho através do volume de viaturas importadas, pois este é um mercado fortemente impulsionado pela importação. O número de viaturas usadas importadas, registou em 2009, uma quebra bastante acentuada, com menos 32% do que no ano anterior. Os números finais do ano apresentam um decréscimo de aproximadamente 400.000 viaturas fazendo com que 2009 apresente o pior registo deste mercado nos últimos 6 anos.

Análise da Actividade por País

Portugal

Em Portugal, o ano de 2009 foi um ano de abrandamento da actividade comercial, fruto da conjuntura económica e principalmente fruto das medidas adoptadas pelo Banco no último trimestre de 2008. A estratégia foi a de privilegiar a qualidade da carteira de crédito, através de critérios de análise exigentes, em detrimento do volume de negócios. Assim, foram celebrados um total de 11.947 aos quais corresponde um volume total de crédito originado de 85,8 milhões de euros.

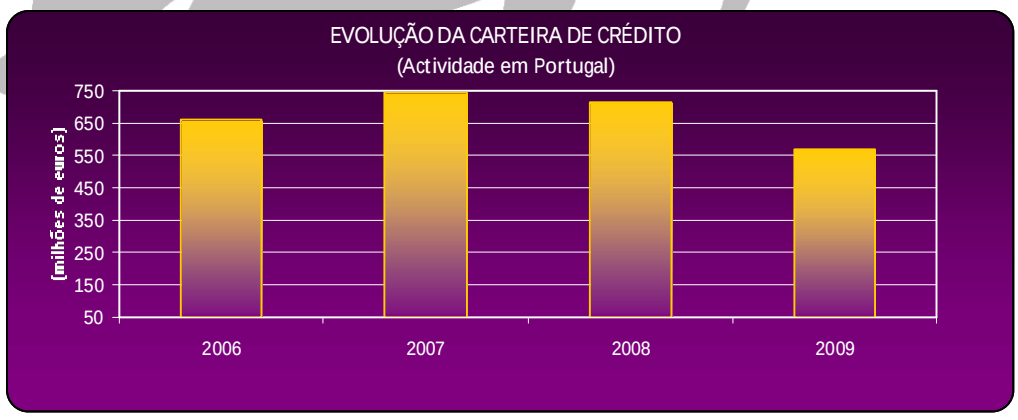
A aposta comercial incidiu no financiamento automóvel, segmento onde a experiência do Banco Mais é mais vasta. O número total de viaturas financiadas através de Crédito, Leasing e ALD (incluindo máquinas agrícolas) ascendeu às 9.317 unidades, representando um total de crédito concedido de 79,5 milhões de euros.

Essa produção representa um nível de concretização de propostas na ordem dos 37% (ao todo, foram recebidas em 2009 24.566 propostas), valor que é muito abaixo do verificado no ano anterior e é sinal da política de concessão de crédito muitíssimo prudente que pautou a actividade do ano em análise.

Em linha com a estratégia comercial seguida ao nível do crédito automóvel e tendo em conta o risco associado aos contratos de Crédito Pessoal, verificou-se em 2009 uma interrupção do esforço de vendas nesse segmento. No segmento dos produtos de crédito lar e saúde, os números também foram modestos. Ao todo foram concedidos 2.513 novos créditos, num total de 5,8 milhões de euros.

No Banco Mais, prosseguiu-se a actividade de *cross-selling* de seguros directamente e através da MARGEM – Mediação de Seguros, Lda, com os prémios globais originados no ano de 2009 ultrapassando os 8 milhões de euros. Cerca de 50% destes prémios foram originados pelos seguros de protecção total e de vida.

Apesar da redução da originação de novos contratos, a carteira de crédito líquida de imparidade em Portugal teve uma redução menos acentuada, com uma quebra, ainda assim de 23%.



Em Portugal, no que respeita aos modelos de apoio à análise e concessão de crédito, o ano de 2009 foi marcado pela alteração da informação disponível para consulta na Central de Riscos do Banco de Portugal que passou a permitir uma análise mais correcta e abrangente da situação financeira dos clientes e potenciais clientes, mantendo-se a consulta a esta informação um requisito obrigatório no processo de análise de todas as propostas de crédito.

Em termos de política de concessão de crédito, o ano de 2009 regeu-se por regras muito conservadoras, introduzidas ainda em finais de 2008, tendo em conta um contexto de agravamento da situação económica do país, o que poderia vir a significar níveis de incumprimento acrescidos face a um contexto económico regular. Como resultado dessas medidas, as operações concretizadas pelo Banco durante o ano de 2009 apresentam um elevado nível de qualidade, indiciando para já um comportamento bastante bom.

Durante o presente ano, deu-se continuidade ao crescimento da influência dos modelos estatísticos de análise de risco na decisão de crédito e reforçou-se a actividade de recuperação através da Equipa Central de Cobranças, responsável por todos os contactos com clientes em situações de incumprimento menos graves, e sobretudo através das equipas regionais, responsáveis pelos contactos de maior complexidade e gravidade.

Em termos de Resultado Líquido obtido, a actividade gerada em Portugal apresentou um valor final de 24,6 milhões de euros.

Hungria

A actividade do Bank Plus, a subsidiária do Banco Mais na Hungria, acompanhou a tendência negativa e global do mercado, tendo registado em 2009 uma quebra na actividade comercial face ao período homólogo. Celebraram-se no ano de 2009, 2.321 novos contratos para um volume de cerca de 6,5 milhões de euros.

De salientar que durante o ano de 2009 o processo de análise de propostas de crédito tornou-se bastante mais restritivo tendo sido concretizadas apenas cerca de 41% das propostas recebidas (o que compara com um nível de 63% no ano anterior). No início do segundo trimestre de 2009, o Bank Plus passou a adoptar um novo sistema de *scoring* reflectindo as alterações introduzidas por Basileia II e cujo desenvolvimento fora concluído em 2008.

Acompanhando as tendências, o Bank Plus continuou a oferecer os seus produtos de crédito em moeda estrangeira. No ano de 2008, o franco suíço foi a divisa preferida pelo cliente final, representando cerca de 97% do número de contratos celebrados. No entanto é de salientar o declínio por esta preferência registado no último trimestre de 2009, no qual apenas 58% dos novos créditos concedidos foram do tipo indexado àquela moeda (houve maior preferência pelo produto em *forints* húngaros e euro).

No que respeita aos resultados apresentados pelo Bank Plus, fica o registo de um Resultado Líquido de 5,1 milhões de euros o qual, apesar de representar uma quebra de 47% face ao resultado alcançado em 2008, é um resultado assinalável no cenário de crise que se abateu sobre a economia Húngara.

Espanha

A Sucursal de Espanha manteve em 2009 o total enfoque da sua actividade na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora não havendo praticamente concessão de novos créditos..

O contributo da Sucursal Espanhola para o Resultado Líquido Consolidado foi negativo em 3,2 milhões de euros, o qual foi bastante influenciado pela retracção da actividade e pela prudente política de constituição de imparidade.

Eslováquia

A actividade comercial da sucursal da Eslováquia em 2009 sofreu com a conjuntura económica e sectorial do país. A produção registada em 2009 foi 22% abaixo da verificada em 2008, sendo que em volume de crédito concedido essa cifra situou-se nos 15%, redução bastante superior à queda registada no mercado. Foram gerados 1.529 novos contratos, com um total de crédito concedido de 6,9 milhões de euros. Das 4.671 propostas de crédito recebidas foram concretizadas cerca de 33%.

Apesar disso, o desempenho global da Sucursal da Eslováquia correspondeu às expectativas de desenvolvimento.

Em termos de resultados, a Sucursal apresentou um Resultado Líquido de 0,2 milhões de euros, valor menos positivo que o apresentado em 2008 e influenciado pelo reforço da imparidade do crédito.

Polónia

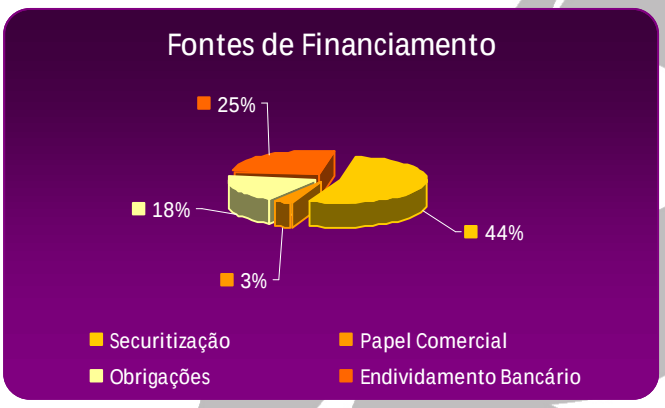
Após três anos completos de actividade comercial a operação da Polónia ultrapassou já a fase de adequação de produtos e processos ao mercado. Apesar disso, o ano de 2009 ficou marcado por um desempenho comercial modesto. Foram gerados cerca de meio milhar de contratos, com um total de crédito concedido quase 2 milhões de euros.

O Resultado Líquido atingiu o *break even point*, tendo-se situado nos 25 mil euros. Esse resultado foi em parte influenciado por impactos cambiais favoráveis, mas refira-se que as Demonstrações Financeiras dessa Sucursal começam já e revelar uma melhoria do nível de eficiência, tendo registado um menor peso dos custos de funcionamento sobre o produto bancário.

Brasil

Pelo facto de, já no decorrer de 2010, a Tecnicrédito SGPS ter celebrado com Société Générale um acordo de venda da sua participação de 30% no capital do Banco Pecúnia, não são aqui apresentados dados sobre o desempenho comercial e financeiro deste Banco.

Captação de Fundos



O ano de 2009 foi um ano em que apesar de difícil foram-se ensaiando alguns vislumbres de desanuviamento dos mercados, muito pela intervenção dos governos e dos bancos centrais, sem que se tenha assistido a uma sustentada retoma dos mercados de capitais. Nesta envolvente, a Tecnicrédito logrou, mais uma vez, desenvolver a gestão da sua liquidez de uma forma bastante segura. Tendo alicerçado a sua actividade a este nível nos mesmos pilares que já nos haviam suportado anteriormente, a saber: i) o seu muito confortável rácio de Solvabilidade, ii) o período de aumento das emissões no âmbito do programa de ABCP – BMORE5 firmado ainda no final de 2007 e por fim, mas não menos importante, iii) no continuado apoio ao Grupo da generalidade da banca doméstica, sendo este último factor reforçado pelos benefícios aportados pelo novo enquadramento accionista que veio concretizar-se no fim do terceiro trimestre do ano.

Ao longo do ano foram liquidadas duas grandes operações (empréstimos sindicados em Portugal e na Hungria), num total de cerca de 156 milhões de euros, tendo para tal sido utilizadas disponibilidades existentes, sem recurso a novos financiamentos.

Sistemas de Informação

Durante o ano de 2009, o Banco Mais procedeu a desenvolvimentos dos seus sistemas aplicacionais, introduzindo novas componentes nomeadamente ao nível da gestão e controlo do crédito stock e ao nível da adaptação dos sistemas de informação de modo a garantir a conformidade com a nova legislação do sector do crédito bancário. Foram ainda desenvolvidos componentes que permitem uma maior eficácia nos processos da recuperação e concessão de crédito.

No decurso do ano deu-se continuidade à implementação na Hungria, Espanha, Eslováquia e Polónia, das aplicações operacionais desenvolvidas e utilizadas em Portugal, garantindo assim a harmonização da gestão interna do negócio.

A componente de formação interna também foi área que registou progressos em 2009, através do Departamento de Testes e Qualidade, quer directamente por acções de formação aos colaboradores, quer pelo reforço da elaboração de manuais das aplicações existentes.

Procedeu-se ao normal teste e controle dos sistemas de DRP bem como a sua actualização em alinhamento com os sistemas de produção. Foi reforçada a componente de VMWARE (estrutura virtual de servidores) através do incremento da capacidade dos equipamentos existentes. Ao nível interno foram solidificados os sistemas de controle e *Helpdesk* através da introdução de novas ferramentas que permitem mais detalhadamente a caracterização das solicitações provenientes dos ambientes de negócio.

Recursos Humanos

A Tecnicrédito apresentou em 2009 uma ligeira redução de aproximadamente 4,5% do número de colaboradores, passando de 399, no final de 2008, para 381 (excluem-se deste número os recursos afectos à operação no Brasil). Esta redução deve-se ao redimensionamento das equipas em função dos níveis de actividade verificados durante o ano, com excepção das operações na Hungria, Eslováquia e Polónia, onde as equipas foram reforçadas.

Total Nº de Colaboradores por País - 2009											
Portugal		Hungria		Espanha		Eslováquia		Polónia		Total	
2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
243	228	82	85	47	37	17	20	10	11	399	381

Do total de colaboradores, 57% têm formação académica superior.

Continua a ser motivo de realce a estrutura etária bastante jovem, com mais de 40% dos colaboradores com idade inferior a 30 anos.

Nesta área, o ano de 2009 ficou marcado pela intensificação das acções de formação interna, que ocorreram nas instalações da sede do Banco Mais, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa e através de uma plataforma de e-learning. Nelas participaram os colaboradores de todo o país, tendo sido seguido um programa adequado aos diferentes grupos, conforme as respectivas funções. Os temas abordados tiveram como objectivo a consolidação de conhecimentos ao nível dos procedimentos internos, com vista à procura da excelência na prestação dos serviços.

Análise das Demonstrações Financeiras das Sociedades Objecto de Consolidação

Tecnicrédito SGPS – Contas Sub Consolidadas

A Tecnicrédito SGPS apresentou em 2009, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, resultados consolidados antes de impostos de 32,1 milhões de euros e Resultados Líquidos de 23,6 milhões de euros.

Tendo em conta a adversidade económica e sectorial que condicionou de forma transversal o desempenho comercial das empresas da Tecnicrédito, o nível de resultados alcançado foi ainda assim bom, sendo inferior em cerca de 22% ao registado no ano transacto. Contribuíram positivamente para o resultado obtido as operações em Portugal, Hungria, Eslováquia e Polónia.

Assinala-se o facto do Produto da Actividade ter registado uma retracção em linha mas ligeiramente inferior à contracção da carteira. Enquanto esta, em termos líquidos de imparidade, desceu 22%, o Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, Resultados de Operações Financeiras, de Serviços e Comissões e Outros

Resultados de Exploração, diminuiu apenas 19%, conduzindo a um rácio entre o produto bancário sobre os activos líquidos médios de 7,3% (face a 8,2% em 2008).

Em termos de Margem financeira, os proveitos financeiros situaram-se nos 95,4 milhões de euros (-24%) e os custos financeiros nos 29,7 (-38%) milhões de euros, o que se traduz numa margem financeira de 65,6 milhões de euros (-15%).

As flutuações cambiais da operação na Hungria, espelhadas na rubrica Resultados de reavaliação cambial, também tiveram impacto positivo nos resultados, ainda que menos significativos que no ano de 2008. Note-se no entanto que esse efeito é compensado pelos Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados, rubrica que reflecte os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação dos instrumentos financeiros derivados de risco de taxa de juro e de risco cambial, sendo que no cômputo geral o impacto foi praticamente nulo.

Os Resultados de serviços e comissões, onde estão incluídas as comissões provenientes do *cross-selling* de seguros e dos serviços prestados a clientes, também apresentaram uma tendência em linha com a performance comercial. Esse resultado teve, ainda assim, um peso de 11% no Produto da Actividade, tendo atingido os 8,9 milhões de euros.

No ano de 2009, o rácio *cost-to-income* situou-se nos 37,1%, superior ao valor apresentado em 2008, mas ainda assim merecedor de destaque face à média do sector. É de referir que esse desempenho foi conseguido através da contenção dos Outros gastos administrativos e da redução das Amortizações do exercício. Os Custos com pessoal mantiveram-se no mesmo nível de 2008, tendo no entanto aumentado ligeiramente o seu peso no total dos custos de funcionamento.

O *cost of risk* do exercício situou-se nos 1,3% (face a 2,8% em 2008). Essa evolução é o resultado da estratégia e objectivos delineados para 2009, patenteando o reforço da actividade de recuperação de crédito e revelando a qualidade da carteira gerada no ano.

Ao nível do Balanço, o Activo líquido atingiu em Dezembro o valor de 927,3 milhões de euros, cabendo à rubrica Crédito a Clientes 757,4 milhões de euros (líquido de imparidade), representando cerca de 82% do total do Activo.

Proposta de Aplicação de Resultados

Em termos individuais, a Tecnicrédito SGPS apresentou um Resultado Líquido de 9.113.906 euros. Em consequência, o Conselho de Administração propõe:

Proposta n.º 1 – Aplicação de resultados

Reserva Legal	911.391 Euros
Dividendo às 17.500.000 acções	8.202.515 Euros

Proposta n.º 2 – Distribuição de Reservas

Adicionalmente o Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos a partir de Reservas Livres no montante de 18.047.485 Euros.

Da aprovação das duas propostas resultará o pagamento de um dividendo global de € 1,50 (um euro e cinquenta cêntimos) por acção.

Perspectivas para 2010

Já em Janeiro de 2010, e de acordo com o plano de integração traçado, foi efectuado um *rebranding*, passando o Banco Mais a adoptar a marca comercial de Banif Mais. Esta nova identidade permite tirar partido do espírito e essência do Banif - Grupo Financeiro, mantendo uma identidade própria com carácter inovador, criativo e disruptivo, características sempre presentes na actuação do Banco Mais ao longo dos 22 anos de existência.

A Administração da Tecnicrédito está convicta de que a nova marca, aliada à gestão cautelosa e realista que pautou a actividade do Grupo ao longo da sua história e à robustez do Banif Grupo Financeiro, trará uma motivação acrescida a toda a sua equipa e parceiros de negócio para a continuação do excelente trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 22 anos.

Notas Finais

No sentido de cumprir com o artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais declara-se que não ocorreram, após o termo do exercício, factos relevantes não mencionados, estando a verificar-se um normal andamento dos negócios.

Por último, o Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos aos Senhores Accionistas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais, às Autoridades Monetárias que supervisionaram a actividade, aos Clientes, Instituições de Crédito e todos os Colaboradores que empenhadamente se têm dedicado no exercício das suas funções.

Lisboa, 5 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Mário Raul Leite Santos – Presidente

Manuel Cardoso Pinto Marta - Vogal

Manuel Carlos de Carvalho Fernandes - Vogal

João Manuel Mora de Ibérico Nogueira - Vogal

Vítor Manuel Farinha Nunes – Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS TECNICRÉDITO SGPS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Juros e rendimentos similares	3	95.364.920	124.857.658
Juros e encargos similares	3	(29.725.311)	(47.755.309)
Margem financeira		65.639.609	77.102.349
Resultados de serviços e comissões	4	8.919.524	13.395.084
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	5	(1.611.517)	(7.695.134)
Resultados de reavaliação cambial	6	1.800.704	10.204.808
Outros resultados de exploração	7	1.748.040	1.165.453
Total de proveitos operacionais		76.496.360	94.172.560
Custos com pessoal	8	9.736.930	9.746.255
Gastos gerais administrativos	9	16.525.571	17.656.256
Amortizações do exercício	10	2.123.812	2.895.333
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	11	12.730.801	30.266.278
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12	1.043.386	246.487
Provisões líquidas de reversões	13	(1.022.023)	(201.031)
Total de custos operacionais		41.138.477	60.609.578
Resultado de associadas	14	(3.226.197)	2.065.224
Resultado antes de impostos		32.131.686	35.628.206
Impostos correntes	15	(2.660.984)	(6.478.627)
Impostos diferidos	15	(5.832.928)	1.122.685
		(8.493.912)	(5.355.942)
Resultado consolidado líquido do exercício		23.637.774	30.272.264
Resultados por acção			
Básico	16	1,35	1,73
Diluído	16	1,35	1,73

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Reserva de justo valor			
Cobertura de fluxos de caixa	40	343.497	(8.371.368)
Impostos			
Cobertura de fluxos de caixa	40	(10.815)	798.016
		332.682	(7.573.352)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	40	2.721.497	(5.743.354)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		3.054.179	(13.316.706)
Resultado líquido do exercício		23.637.774	30.272.264
Total do rendimento integral do exercício		26.691.953	16.955.558

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	386.009	259.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	89.693.191	88.529.601
Activos financeiros detidos para negociação	19	16.733.286	9.381.908
Activos financeiros disponíveis para venda	20	69.573	69.573
Aplicações em instituições de crédito	21	25.738.113	3.212.727
Créditos a clientes	22	757.444.195	967.084.681
Derivados de cobertura	23	6.011	70.913
Activos não correntes detidos para venda	24	15.410.344	-
Activos tangíveis	25	11.554.340	13.574.764
Activos intangíveis	26	330.416	509.496
Investimentos em associadas	27	-	15.445.572
Activos por impostos correntes	28	2.653.683	1.642.875
Activos por impostos diferidos	29	891.542	3.113.618
Outros activos	30	6.420.522	12.751.006
		927.331.225	1.115.646.262
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	31	18.065.334	10.365.669
Recursos de outras instituições de crédito	32	146.817.673	332.523.161
Recursos de clientes	33	3.138.163	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	34	463.387.224	486.882.846
Derivados de cobertura	23	2.600.567	2.147.360
Provisões	35	131.902	1.408.254
Passivos por impostos correntes	28	28.687	-
Passivos por impostos diferidos	29	3.885.445	209.536
Passivos subordinados	36	4.145.918	5.085.715
Outros passivos	37	23.408.473	32.904.332
Total do Passivo		665.609.386	875.716.376
Capital Próprio			
Capital	38	17.500.000	17.500.000
Reservas de justo valor	40	(2.635.148)	(2.967.830)
Outras reservas e resultados transitados	40 e 39	223.219.213	195.125.452
Resultado consolidado do exercício		23.637.774	30.272.264
Total do Capital Próprio		261.721.839	239.929.886
		927.331.225	1.115.646.262

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e comissões recebidos		120.220.133	140.349.306
Recebimentos por prestação de serviços		877.788	46.927
Juros e comissões pagos		(48.536.187)	(47.445.183)
Pagamentos de prestação de serviços		(634.914)	(3.363.927)
Recuperação de crédito e juros		4.899.186	3.147.049
Pagamentos a fornecedores e empregados		(32.240.918)	(26.895.522)
		44.585.088	65.838.650
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(138.911)	(78.411)
Crédito a clientes		190.866.427	(17.179.913)
Aplicações em instituições de crédito		(22.525.386)	(1.365.099)
Recursos de outras instituições de crédito		(161.060.058)	89.453
Recursos de clientes		(3.984.361)	(332.399)
Outros pagamentos e recebimentos		2.255.356	3.545.942
Outros activos e passivos operacionais		2.413.966	(2.062.888)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		52.412.121	48.455.335
Impostos sobre os lucros pagos		(3.913.148)	(9.225.464)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		48.498.973	39.229.871
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Venda de activos tangíveis		2.252.844	4.949.172
Compra de activos tangíveis e intangíveis		(2.216.372)	(4.685.961)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		36.472	263.211
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Aumento / (diminuição) de empréstimos obrigacionistas		(21.085.382)	(37.779.056)
Dividendos pagos		(4.900.000)	(5.600.000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(25.985.382)	(43.379.056)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(270.142)	1.351.913
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		22.279.921	(2.534.061)
Caixa e seus equivalentes no início do período		59.217.467	61.751.528
Caixa e seus equivalentes no fim do período		81.497.388	59.217.467
Caixa e seus equivalentes engloba:			
Caixa	17	18.773	31.203
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	89.693.191	88.529.601
Recursos de outras instituições de crédito	32	(8.214.576)	(29.343.337)
Total		81.497.388	59.217.467

MAPA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Valores expressos em Euros)

			Outras reservas e resultados transitados						
	Capital social	Reserva de justo valor	Reserva legal	Diferenças cambiais	Outras reservas	Resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Total dos capitais próprios
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	17.500.000	4.605.522	8.861.550	255.972	130.987.926	30.232.064	170.337.512	36.131.294	228.574.328
Alterações de justo valor	-	(7.573.352)	-	-	-	-	-	-	(7.573.352)
Diferenças cambiais	-	-	-	(5.743.354)	-	-	(5.743.354)	-	(5.743.354)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.272.264	30.272.264
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	(7.573.352)	-	(5.743.354)	-	-	(5.743.354)	30.272.264	16.955.558
Constituição de reservas	-	-	1.677.472	-	21.404.574	7.449.248	30.531.294	(30.531.294)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(5.600.000)	(5.600.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	17.500.000	(2.967.830)	10.539.022	(5.487.382)	152.392.500	37.681.312	195.125.452	30.272.264	239.929.886
Alterações de justo valor	-	332.682	-	-	-	-	-	-	332.682
Diferenças cambiais	-	-	-	2.721.497	-	-	2.721.497	-	2.721.497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.637.774	23.637.774
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	332.682	-	2.721.497	-	-	2.721.497	23.637.774	26.691.953
Constituição de reservas	-	-	277.731	-	30.386.930	(2.891.976)	27.772.685	(27.772.685)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.400.421)	-	(2.400.421)	(2.499.579)	(4.900.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	17.500.000	(2.635.148)	10.816.753	(2.765.885)	180.379.009	34.789.336	223.219.213	23.637.774	261.721.839

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS TECNICRÉDITO SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Juros e rendimentos similares	3	96.666	34.258
Juros e encargos similares	3	(102.539)	(86.405)
Margem financeira		(5.873)	(52.147)
Rendimentos de instrumentos de capital	4	9.360.752	2.864.011
Resultados de serviços e comissões	5	199.241	(14.762)
Outros resultados de exploração	6	172.907	(2.497)
Total de proveitos operacionais		9.727.027	2.794.605
Gastos gerais administrativos	7	191.143	46.183
Total de custos operacionais		191.143	46.183
Provisões líquidas de reversões	18	(6.902)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	13	(477.344)	-
Resultado operacional		9.051.638	2.748.422
Impostos correntes	8	(2.052)	-
Impostos diferidos	8	64.320	28.888
Resultado líquido do exercício		9.113.906	2.777.310
Resultados por acção			
Básico	9	0,52	0,16
Diluído	9	0,52	0,16

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	2009 Euros	2008 Euros
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas	-	-
Resultado líquido do exercício	9.113.906	2.777.310
Total do rendimento integral do exercício	9.113.906	2.777.310

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Activo			
Disponibilidades em instituições de crédito	10	21.267	30.864
Aplicações em instituições de crédito	11	3.305.587	-
Activos financeiros disponíveis para venda	12	100	100
Activos não correntes detidos para venda	13	15.410.344	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	14	87.204.533	103.192.223
Activos por impostos diferidos	15	217.469	153.149
Outros activos	16	19.281	690.441
		106.178.581	104.066.777
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	17	-	1.568.436
Provisões	18	131.902	125.000
Outros passivos	19	161.131	701.699
Total do Passivo		293.033	2.395.135
Capital Próprio			
Capital	20	17.500.000	17.500.000
Reservas e resultados transitados	21 e 22	79.271.642	81.394.332
Resultado líquido do exercício		9.113.906	2.777.310
Total do Capital Próprio		105.885.548	101.671.642
		106.178.581	104.066.777

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 Euros	2008 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e comissões recebidas		309.460	34.258
Pagamentos de juros e comissões		(140.028)	(105.965)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(154.765)	(47.960)
Outros pagamentos e recebimentos		172.907	(2.497)
		187.574	(122.164)
Aumentos nos passivos operacionais:			
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos		(2.052)	11.193
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aplicações em instituições de crédito		(3.305.587)	320.000
Alienação de participações financeiras		100.000	-
Dividendos recebidos		9.360.752	2.864.011
Aumento em outras contas do activo		671.162	375.226
		6.826.327	3.559.237
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Aumento / Diminuição em:			
Dividendos distribuídos		(4.900.000)	(5.600.000)
Outras contas de passivo		(576.946)	646.783
		(5.476.946)	(4.953.217)
Variação líquida em caixa e equivalentes		1.534.903	(1.504.951)
Caixa e equivalentes no início do exercício		(1.513.636)	(8.685)
Caixa e equivalentes no fim do exercício		21.267	(1.513.636)
Caixa e equivalentes engloba:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	21.267	30.864
Recursos de instituições de crédito	17	-	(1.568.436)
		21.267	(1.537.572)

MAPA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Valores expressos em Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	104.494.332	17.500.000	8.861.550	78.132.782
Constituição de reservas				
Reserva legal	-	-	1.677.473	(1.677.473)
Distribuição de dividendos	(5.600.000)	-	-	(5.600.000)
Resultado líquido do exercício	2.777.310	-	-	2.777.310
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	101.671.642	17.500.000	10.539.023	73.632.619
Constituição de reservas				
Reserva legal	-	-	277.731	(277.731)
Distribuição de dividendos	(4.900.000)	-	-	(4.900.000)
Resultado líquido do exercício	9.113.906	-	-	9.113.906
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	105.885.548	17.500.000	10.816.754	77.568.794

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 de Dezembro de 2009 e 2008

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Tecnicrédito SGPS, S.A. ("Tecnicrédito SGPS" ou "Grupo"), foi constituída em 4 de Abril de 1997 por transformação da Alto do Vieiro - Serviço Automóvel, Lda., tendo iniciado a actividade nessa data. A Sociedade tem por objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Indirectamente, através das suas subsidiárias, a Sociedade realiza operações bancárias e financeiras, de aluguer financeiro, de aluguer operacional, de mediação de seguros e investimentos financeiros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Tecnicrédito SGPS são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Tecnicrédito SGPS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com os IFRS, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Em 2009, o Grupo adoptou as normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009 e que podem ser analisadas na Nota 49. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas. As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 49.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de Março de 2010.

1.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;

- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;

- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;

- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da Tecnicrédito SGPS.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere dos Euros são transcritas para Euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;

- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados

e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respectivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido da imparidade para crédito.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respectiva avaliação das perdas por imparidade, o Grupo utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efectua-se através de análise colectiva.

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogéneos de crédito determinadas em termos colectivos pretendem reflectir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR), e são calculadas considerando os seguintes aspectos:

– Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

– Conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;

– Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- *Critérios de classificação*

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- *Cobertura de justo valor (fair value hedge)*

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor.

- *Cobertura de fluxos de caixa (cash flow hedge)*

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5 Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

– Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

– São contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou

– Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

– São contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (accounting mismatch); ou

– Tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.7 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os valores reconhecidos e, existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.8 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.9 Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua

venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

1.10 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações referentes aos restantes activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis:	
De serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	8 e 10
Equipamento:	
Locação operacional	4 e 5
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	3 a 8
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	8 e 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	8 e 10
Outro equipamento	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.11 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.12 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 –Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os veículos adquiridos para aluguer são registados em activos tangíveis e amortizados conforme indicado na nota 1.10.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.13 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são

reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

1.14 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.15 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

1.16 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.17 Distribuição de resultados pelos empregados

De acordo com os estatutos do Grupo, os accionistas, em Assembleia Geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos empregados, competindo ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios.

De acordo com as IFRS esta distribuição é registada por contrapartida de resultados no exercício a que diz respeito.

1.18 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.19 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 2 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo não necessita de apresentar o reporte por segmentos.

1.20 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

1.21 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Sempre que possível, o Banco utiliza a informação do justo de valor fornecida pelas entidades externas.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2009		
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
Juros e rendimentos similares:			
Crédito ao consumo no país	59.790.642	-	59.790.642
Crédito ao consumo no estrangeiro	24.950.674	-	24.950.674
Locação financeira	7.297.976	-	7.297.976
Disponibilidades em outras instituições de crédito	369.217	-	369.217
Aplicações em outras instituições de crédito	830.926	-	830.926
Derivados de cobertura	-	1.630.136	1.630.136
Outros juros e rendimentos similares	495.349	-	495.349
	93.734.784	1.630.136	95.364.920
Juros e encargos similares:			
Responsabilidades representados por títulos	(13.897.208)	-	(13.897.208)
Passivos subordinados	(1.811.140)	-	(1.811.140)
Recursos de outras instituições de crédito no país	(5.832.636)	-	(5.832.636)
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro	(2.349.151)	-	(2.349.151)
Recursos de clientes	(160.750)	-	(160.750)
Derivados de cobertura	-	(5.459.387)	(5.459.387)
Outros juros e encargos similares	(215.039)	-	(215.039)
	(24.265.924)	(5.459.387)	(29.725.311)
Margem financeira	69.468.860	(3.829.251)	65.639.609

	2008		
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
Juros e rendimentos similares:			
Crédito ao consumo no país	76.980.819	-	76.980.819
Crédito ao consumo no estrangeiro	32.383.939	-	32.383.939
Locação financeira	8.103.296	-	8.103.296
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.083.411	-	3.083.411
Aplicações em outras instituições de crédito	101.794	-	101.794
Derivados de cobertura	-	3.913.064	3.913.064
Outros juros e rendimentos similares	291.335	-	291.335
	120.944.594	3.913.064	124.857.658
Juros e encargos similares:			
Responsabilidades representados por títulos	(25.461.250)	-	(25.461.250)
Passivos subordinados	(3.215.536)	-	(3.215.536)
Recursos de outras instituições de crédito no país	(12.594.129)	-	(12.594.129)
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro	(5.519.106)	-	(5.519.106)
Recursos de clientes	(223.589)	-	(223.589)
Derivados de cobertura	-	(213.774)	(213.774)
Outros juros e encargos similares	(527.925)	-	(527.925)
	(47.541.535)	(213.774)	(47.755.309)
Margem financeira	73.403.059	3.699.290	77.102.349

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões que são registados em resultados na rubrica Juros e rendimentos similares, podem ser analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Custos resultantes de comissões pagas	(17.948.181)	(23.695.237)
Proveitos resultantes de comissões cobradas	6.370.098	7.788.835
	(11.578.083)	(15.906.402)

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços de cobrança prestados	11.915.132	17.965.165
Outros rendimentos de serviços e comissões	70.464	46.927
	11.985.596	18.012.092
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços de cobrança prestados por terceiros	(2.431.158)	(3.363.927)
Outros encargos com serviços e comissões	(634.914)	(1.253.081)
	(3.066.072)	(4.617.008)
Resultados líquidos de serviços e comissões	8.919.524	13.395.084

A rubrica Rendimentos por serviços de cobrança prestados refere-se a comissões de gestão e de cobrança de contratos de crédito e outras comissões cobradas aos clientes.

5 Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2009		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Activos e passivos detidos para negociação:			
Instrumentos financeiros derivados:			
Contratos sobre taxas de juro	22.730.140	(22.975.279)	(245.139)
Contratos sobre taxas de câmbio	3.723.805	(5.090.183)	(1.366.378)
	26.453.945	(28.065.462)	(1.611.517)

	2008		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Activos e passivos detidos para negociação:			
Instrumentos financeiros derivados:			
Contratos sobre taxas de juro	27.319.249	(27.421.502)	(102.253)
Contratos sobre taxas de câmbio	5.660.964	(13.253.845)	(7.592.881)
	32.980.213	(40.675.347)	(7.695.134)

As rubricas Instrumentos financeiros derivados respeitam a ganhos ou perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, efectuada numa base regular, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.5.

6 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Reavaliação cambial	41.855.738	(40.055.034)	1.800.704	73.402.809	(63.198.001)	10.204.808

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

A reavaliação cambial refere-se essencialmente a diferenças cambiais na conversão dos contratos de crédito ao consumo em moeda estrangeira do Bank Plus Bank Zártkörúen Múködó Részvénytársaság.

7 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos pela participação nos resultados por angariação de seguros	231.933	448.377
Proveitos de locação operacional	276.560	799.193
Rendimentos da prestação de serviços	1.036.805	1.096.826
Mais-valias em bens de locação financeira	312.680	374.930
Ganhos na alienação de imobilizado	47.174	197.886
Outros proveitos de exploração	1.269.961	330.661
	3.175.113	3.247.873
Outros custos de exploração:		
Impostos	(642.170)	(782.823)
Donativos e quotizações	(90.003)	(70.669)
Perdas na alienação de imobilizado	(91.412)	(2.859)
Menos-valias em bens de locação financeira	(568.403)	(337.924)
Outros custos de exploração	(35.085)	(888.145)
	(1.427.073)	(2.082.420)
	1.748.040	1.165.453

A rubrica Mais e menos-valias em bens de locação financeira refere-se a ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respectivamente.

8 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
Remunerações	7.552.910	7.481.281
Encargos sociais obrigatórios	1.725.764	1.813.824
Encargos sociais facultativos	102.921	90.857
Outros encargos	355.335	360.293
	9.736.930	9.746.255

O valor total de remunerações fixas atribuídas aos Órgãos de Administração, registados na rubrica Remunerações, foi de Euros 616.676 (2008: Euros 606.685). Relativamente aos exercícios de 2009 e 2008 não foram atribuídas aos membros dos Órgãos de Administração quaisquer importância a título de remuneração variável.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido pelo Grupo ao Conselho de Administração encontra-se referido na nota 22.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo, dividido por grandes categorias profissionais, é analisado como se segue:

	2009	2008
Portugal:		
Administração	5	5
Directores	8	8
Quadros técnicos	109	91
Administrativos	117	77
Outras funções	1	80
	240	261
Estrangeiro:		
Administração	4	4
Directores	5	6
Quadros técnicos	55	69
Administrativos	91	91
Outras funções	1	1
	156	171
	396	432

9 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
Água, energia e combustíveis	570.555	712.545
Impressos e material de consumo corrente	118.538	222.206
Outros fornecimentos de terceiros	119.589	167.636
Rendas e alugueres	1.176.865	1.251.658
Comunicação e despesas de expedição	1.745.719	2.160.935
Deslocações, estadas e representação	330.870	517.425
Publicidade e acções promocionais	263.608	1.084.098
Custos com trabalho independente	2.785.987	2.600.826
Conservação e reparação	782.579	690.093
Seguros	149.220	160.763
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	4.058.683	2.308.595
Outros serviços especializados	2.150.729	4.308.077
Outros serviços de terceiros	2.272.629	1.471.399
	16.525.571	17.656.256

A rubrica Publicidade e acções promocionais inclui o montante de Euros 234.558 (2008: Euros 905.765) referente à organização de eventos comerciais com vista à angariação de contratos de crédito.

A rubrica Outros serviços especializados inclui o montante de Euros 804.600 (2008: Euros 1.270.000) referente a custos incorridos com serviços de apoio à gestão.

A rubrica Outros serviços especializados também inclui o montante de Euros 418.029 (2008: Euros 540.008) referente a custos com serviços de consultoria externa.

A rubrica Outros serviços especializados inclui ainda o montante de Euros 339.451 (2008: Euros 573.961) referentes a custos de estrutura associados ao produto cartão de crédito.

A rubrica Outros serviços de terceiros inclui o montante de Euros 205.032 (2008: Euros 421.400) referente a despesas com os serviços da Conservatória do registo automóvel.

10 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
Activos tangíveis:		
Imóveis	358.747	375.063
Equipamento	1.513.222	2.209.235
	1.871.969	2.584.298
Activos intangíveis	251.843	311.035
	2.123.812	2.895.333

11 Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

A Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Imparidade do crédito:		
Dotações do exercício	40.516.026	50.487.879
Reversões do exercício	(22.886.039)	(17.074.552)
Recuperações de crédito e juros	(4.899.186)	(3.147.049)
	12.730.801	30.266.278

12 Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Imparidade de outros activos:		
Dotações do exercício	1.330.657	750.907
Reversões do exercício	(975.302)	(504.420)
	355.355	246.487
Imparidade de activos não correntes detidos para venda:		
Dotações do exercício	688.031	-
	1.043.386	246.487

13 Provisões líquidas de reversões

As Provisões líquidas de reversões são analisadas como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotações do exercício	6.902	298.969
Reversões do exercício	(1.028.925)	(500.000)
	(1.022.023)	(201.031)

14 Resultados de associadas

A 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Resultados de associadas no montante negativo de Euros 3.226.197 (2008: positivo de Euros 2.065.224) refere-se à apropriação por equivalência patrimonial na proporção de 30% da participação no Banco Pecúnia, S.A..

15 Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Impostos correntes	(2.660.984)	(6.478.627)
Impostos diferidos	(5.832.928)	1.122.685
	(8.493.912)	(5.355.942)

A Tecnicrédito SGPS e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2009 e do imposto diferido de 2008 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação, da Tecnicrédito SGPS e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2009		2008	
	%	Euros	%	Euros
Lucro antes de impostos		32.131.686		35.628.206
Taxa de imposto corrente	26,50%	8.514.897	26,50%	9.441.475
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-2,07%	(665.615)	-2,08%	(739.882)
Custos não dedutíveis	3,37%	1.081.649	0,16%	58.376
Receitas isentas de imposto	-1,83%	(589.153)	-9,10%	(3.241.181)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	0,00%	(953)	-0,07%	(26.500)
Alterações nas estimativas	0,29%	92.235	0,18%	65.857
Tributação autónoma e outros impactos	0,19%	60.852	-0,57%	(202.201)
	26,43%	8.493.912	15,03%	5.355.942

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2009 Euros	2008 Euros
Comissões	1.466.606	506.845
Imparidade do crédito	(9.494.656)	(1.168.706)
Passivos subordinados	130.223	139.263
Instrumentos financeiros derivados	1.683.862	2.113.843
Desreconhecimento de activos	(173.295)	267.361
Prejuízos fiscais	516.156	(148.434)
Outros	38.176	(587.487)
	(5.832.928)	1.122.685

16 Resultados por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	2009 Euros	2008 Euros
Resultado líquido	23.637.774	30.272.264
Número médio de acções	17.500.000	17.500.000
Resultados por acção básico	1,35	1,73
Resultados por acção diluído	1,35	1,73

Os resultados por acção básico são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluído são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Tecnicrédito SGPS não detinha potenciais acções ordinárias diluidoras, pelo que os resultados por acção diluído são iguais aos resultados por acção básico.

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Caixa	18.773	31.203
Bancos centrais	367.236	228.325
	386.009	259.528

A rubrica Bancos centrais visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Instituições de crédito no país	8.119.334	5.613.067
Instituições de crédito no estrangeiro	81.573.857	82.916.534
	89.693.191	88.529.601

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	37.994.984	36.961.132
De 3 meses a 1 ano	7.996.636	7.044.428
De 1 ano até 5 anos	40.951.571	42.324.041
Mais de 5 anos	2.750.000	2.200.000
	89.693.191	88.529.601

19 Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Activos financeiros detidos para negociação:		
Derivados de taxa de juro	16.712.590	9.303.608
Derivados de taxa de câmbio	20.696	78.300
	16.733.286	9.381.908

A rubrica Activos financeiros detidos para negociação é analisada como se segue:

	2009		2008	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Derivados de negociação				
Contratos sobre taxas de juro:				
BMORE Finance No. 3 plc	4.128.319	42.055	14.673.571	158.013
BMORE Finance No. 4 plc	67.548.507	1.458.633	135.124.638	1.206.157
BMORE Finance No. 5 fundo	241.369.440	15.211.902	183.404.823	7.939.438
	313.082.266	16.712.590	333.203.032	9.303.608
Contratos sobre taxas de câmbio:				
Forward rate agreements				
Compra	19.792.767	20.696	10.062.987	78.300
Venda	19.681.855		9.843.644	
	39.474.622	20.696	19.906.631	78.300
	352.556.888	16.733.286	353.109.663	9.381.908

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a maturidade dos derivados detidos para negociação é analisada como se segue:

	2009		2008	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	55.419.856	1.509.420	33.277.115	205.849
De 3 meses a 1 ano	30.305.534	559.147	53.751.286	485.558
De 1 ano até 5 anos	264.281.956	14.514.782	263.570.543	8.582.588
Mais de 5 anos	2.549.542	149.937	2.510.719	107.913
	352.556.888	16.733.286	353.109.663	9.381.908

Todos os activos financeiros detidos para negociação são não cotados.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2).

20 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos - cotadas	69.573	69.573

A análise por maturidades da rubrica Activos financeiros disponíveis para venda é analisada como se segue:

	2009 Euros	2008 Euros
De 1 ano até 5 anos	63.368	53.315
Mais de 5 anos	6.205	16.258
	69.573	69.573

21 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Instituições de crédito no país	25.700.002	2.500.000
Instituições de crédito no estrangeiro	38.111	712.727
	25.738.113	3.212.727

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	25.738.113	2.644.727
Mais de 5 anos	-	568.000
	25.738.113	3.212.727

22 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Crédito vincendo:		
Crédito interno:		
Empresas:		
Crédito ao consumo	40.624.677	56.458.265
Capital em locação	25.241.125	33.877.939
Crédito tomado	8.275.138	6.117.003
Particulares:		
Crédito ao consumo	382.794.542	510.221.487
Capital em locação	81.312.338	92.534.843
Crédito à habitação	1.649.477	1.758.885
Outros créditos	-	19.000
	539.897.297	700.987.422
Crédito ao exterior:		
Empresas:		
Crédito ao consumo	9.660.993	13.058.575
Crédito tomado	1.083.726	1.776.354
Particulares:		
Crédito ao consumo	166.018.272	239.006.034
Crédito à habitação	368.922	392.937
	177.131.913	254.233.900
	717.029.210	955.221.322
Crédito vencido:		
Até 3 meses	2.780.185	7.834.316
De 3 meses a 1 ano	22.625.915	22.776.394
De 1 ano até 3 anos	82.438.441	29.528.046
Mais de 3 anos	76.749.065	5.219.558
	184.593.606	65.358.314
	901.622.816	1.020.579.636
Perdas por imparidade	(144.178.621)	(53.494.955)
	757.444.195	967.084.681

A rubrica Crédito ao consumo é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado usado e a cartões de crédito.

A rubrica Capital em locação é constituída por contratos de locação financeira, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado novo.

A rubrica Crédito à habitação respeita a crédito concedido a colaboradores aprovado de acordo com política de pessoal do Grupo. O valor de crédito à habitação concedido aos Órgãos de Administração do Grupo ascende a Euros 140.659 (2008: Euros 147.543), ao abrigo do nº 4 do Artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado inclui todos os valores titulados por factura ou representação documental equivalente.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos em contencioso.

A partir de 2009, na sequência da Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, o Grupo passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério teve um impacto no valor do crédito vencido e respectiva imparidade associada relevado no Balanço, que aumentaram em Euros 80.014.120.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	57.738.001	69.042.749
De 3 meses a 1 ano	157.721.578	185.693.894
De 1 ano até 5 anos	456.453.251	616.075.516
Mais de 5 anos	45.116.380	84.409.163
Duração indeterminada (crédito vencido)	184.593.606	65.358.314
	901.622.816	1.020.579.636

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Crédito vincendo:		
Créditos com garantias reais	2.018.399	2.151.821
Créditos sem garantias	608.457.349	826.656.717
Créditos com outras garantias	106.553.462	126.412.784
	717.029.210	955.221.322
Crédito vencido:		
Créditos com garantias reais	31.315	34.143
Créditos sem garantias	178.483.428	61.556.698
Créditos com outras garantias	6.078.863	3.767.473
	184.593.606	65.358.314
	901.622.816	1.020.579.636

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa, é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Taxa fixa	528.265.490	689.049.203
Taxa variável	188.763.720	266.172.119
	717.029.210	955.221.322

A reconciliação da rubrica Capital em locação, por prazos residuais é apresentada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Rendas e valores residuais vincendos:		
Até 1 ano	32.865.335	37.342.470
De 1 ano até 5 anos	78.525.137	95.280.918
Mais de 5 anos	15.189.596	23.589.844
	126.580.068	156.213.232
Juros vincendos:		
Até 1 ano	(6.445.558)	(8.972.934)
De 1 ano até 5 anos	(12.354.470)	(17.921.456)
Mais de 5 anos	(1.226.577)	(2.906.060)
	(20.026.605)	(29.800.450)
Capital vincendo:		
Até 1 ano	26.419.777	28.369.536
De 1 ano até 5 anos	66.170.667	77.359.462
Mais de 5 anos	13.963.019	20.683.784
	106.553.463	126.412.782

A rubrica Crédito a clientes inclui os créditos securitizados a seguir apresentados, relativos a securitizações tradicionais detidas por Entidades de Finalidade Especial (SPE's) que foram objecto de consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com política contabilística descrita na nota 1.2.

Em 31 de Dezembro de 2009, existem três operações de securitização celebradas com o Grupo e outras instituições financeiras.

A rubrica Crédito a clientes inclui os montantes securitizados ao abrigo destas operações, e é apresentada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
BMORE Finance No. 3 plc	17.618.919	13.365.699
BMORE Finance No. 4 plc	80.671.332	123.053.027
BMORE Finance No. 5 fundo	262.732.239	208.528.550
	361.022.490	344.947.276

BMORE Finance No. 3 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sedeada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches.

O prazo total da operação é de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000.

BMORE Finance No. 4 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sedeada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches.

O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000.

BMORE Finance No. 5 fundo

A operação de securitização BMORE Finance No. 5 fundo foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro.

Esta é uma operação integrada que se fará em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em Euros 400.000.000.

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

	2009						
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	34.337.419	15.109.464	70.707.486	773.245	105.044.905	15.882.709	89.162.196
Crédito a particulares – Habitação	31.315	20.777	1.820.541	16.110	1.851.856	36.887	1.814.969
Crédito a particulares – Outros	255.441.855	122.852.072	539.284.200	5.406.953	794.726.055	128.259.025	666.467.030
	289.810.589	137.982.313	611.812.227	6.196.308	901.622.816	144.178.621	757.444.195

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

	2008						
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	28.324.314	3.731.199	89.303.348	998.365	117.627.662	4.729.564	112.898.098
Crédito a particulares – Habitação	137.085	55.038	2.048.879	21.317	2.185.964	76.355	2.109.609
Crédito a particulares – Outros	218.132.382	40.902.554	682.633.628	7.786.482	900.766.010	48.689.036	852.076.974
	246.593.781	44.688.791	773.985.855	8.806.164	1.020.579.636	53.494.955	967.084.681

Durante o exercício de 2009, o valor médio dos créditos com sinais de imparidade foi de Euros 268.484.135 (2008: Euros 249.938.507). O juro reconhecido na conta de exploração relativo a estes créditos foi de Euros 834.071 (2008: Euros 1.542.212), o qual inclui o efeito do desconto relativo a crédito com sinais de imparidade.

Os movimentos ocorridos nas Perdas por imparidade do crédito são analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	53.494.955	91.486.512
Dotações do exercício	40.516.026	50.487.879
Reversões do exercício	(22.886.039)	(17.074.552)
Utilizações	(6.742.515)	(70.910.583)
Transferências	80.014.120	-
Diferenças cambiais	(217.926)	(494.301)
Saldo em 31 de Dezembro	144.178.621	53.494.955

Durante o exercício de 2009, o Grupo procedeu à anulação contabilística de créditos pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor do crédito, no montante de Euros 6.742.195 (2008: Euros 70.910.583), conforme referido na política contabilística 1.3.

Conforme referido anteriormente nesta nota, a rubrica Transferências inclui o efeito da adopção por parte do Grupo da Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal.

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2009, a anulação de proveitos é de Euros 64.108.264 (2008: Euros 24.181.996).

23 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Activo:		
Interest rate swaps	6.011	70.913
Passivo:		
Interest rate swaps	(2.600.567)	(2.147.360)
	(2.594.556)	(2.076.447)

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisadas como segue:

(Valores expressos em Euros)

2009					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Variação justo valor do derivado no ano
Interest rate swaps	Bullets	Taxa de juro	50.000.000	(886.112)	(452.564)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	50.000.000	(185.922)	(129.981)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	71.712.826	(1.522.522)	(233.666)
			171.712.826	(2.594.556)	(816.211)

(Valores expressos em Euros)

2008					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Variação justo valor do derivado no ano
Interest rate swaps	Empréstimo sindicado	Taxa de juro	115.000.000	(369.015)	(563.836)
Interest rate swaps	*Bullets*	Taxa de juro	45.000.000	(362.635)	(1.462.205)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	20.000.000	(55.941)	(787.586)
Interest rate swaps	Obrigações da securitização	Taxa de juro	149.798.209	(1.288.856)	(5.571.072)
			329.798.209	(2.076.447)	(8.384.699)

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo à data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essa emissões.

O Grupo para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de Euros 343.497 (2008: negativo Euros 8.371.368), correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura.

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	2009		2008	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	15.945.234	501.570	13.370.484	130.851
De 3 meses a 1 ano	65.305.534	938.519	178.751.286	799.392
De 1 ano até 5 anos	90.462.059	1.154.467	137.676.440	1.146.204
	171.712.827	2.594.556	329.798.209	2.076.447

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2).

24 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros
Activos não correntes detidos para venda:	
Banco Pecúnia, S.A.	16.098.375
Perdas por imparidade	(688.031)
	15.410.344

A 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica refere-se à participação financeira de 30% do Banco Pecúnia, S.A.. A Tecnicrédito SGPS, S.A. celebrou um acordo de venda com o Banco Société Générale Brasil, S.A. para a alienação desta participação tendo registado perdas por imparidade no valor de Euros 688.031.

A 31 de Dezembro de 2008 o valor desta participação estava apresentado na rubrica Investimentos em associadas, conforme referido na nota 27.

Os dados financeiros relativos às empresas associadas em 2009 são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros	Passivo Euros	Capital próprio Euros	Resultado líquido Euros	Custo da participação Euros
Banco Pecúnia, S.A.	378.379.923	324.899.056	53.480.867	(10.753.989)	15.887.690

	% Detida	Valor de balanço Euros	Resultados de associadas atribuível ao Grupo Euros
Banco Pecúnia, S.A.	30%	15.410.345	(3.226.197)

A 31 de Dezembro de 2009, os movimentos verificados nesta rubrica são analisados como segue:

	2009 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	15.445.572
Resultado de associadas	(3.226.197)
Diferenças cambiais	3.879.000
Saldo em 31 de Dezembro	16.098.375

25 Activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Imóveis:		
De serviço próprio	8.158.081	8.691.324
Obras em imóveis arrendados	2.201.300	1.418.830
	10.359.381	10.110.154
Equipamento:		
Locação operacional	1.473.829	2.594.204
Mobiliário e material	1.291.321	1.281.398
Máquinas e ferramentas	283.241	283.926
Equipamento informático	2.658.025	2.718.526
Instalações interiores	1.516.267	1.504.616
Equipamento de transporte	2.184.110	2.199.057
Equipamento de segurança	326.628	325.859
Outros equipamentos	107.853	79.308
	9.841.274	10.986.894
Activo tangível em curso	3.618	200.328
	20.204.273	21.297.376
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(1.871.969)	(2.584.298)
Relativas a exercícios anteriores	(6.777.964)	(5.138.314)
	(8.649.933)	(7.722.612)
	11.554.340	13.574.764

A rubrica Imóveis inclui o montante de Euros 8.158.081 (2008: Euros 8.158.081), referente ao imóvel adquirido em regime de locação financeira para as instalações da sede do Grupo, conforme mencionado na nota 37.

O valor bruto e as rendas vincendas associadas aos contratos de locação operacional por prazo residual das operações são apresentados como segue.

	2009 Euros	2008 Euros
Valor bruto:		
Até 1 ano	1.232.222	2.281.392
De 1 ano até 5 anos	241.607	312.812
	1.473.829	2.594.204
Rendas vincendas:		
Até 1 ano	973.318	2.003.021
De 1 ano até 5 anos	152.125	212.230
	1.125.443	2.215.251

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis são analisados como segue:

(Valores expressos em euros)

	Imóveis	Equipamento	Activo tangível em curso	Total
Custo de aquisição:				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	9.843.657	13.748.346	167.264	23.759.267
Adições	323.356	4.029.609	70.584	4.423.549
Abates / alienações	(52.628)	(6.740.956)	-	(6.793.584)
Transferências	6.377	14.032	(37.520)	(17.111)
Diferenças cambiais	(10.608)	(64.137)	-	(74.745)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	10.110.154	10.986.894	200.328	21.297.376
Adições	90.087	1.976.187	88.781	2.155.055
Abates / alienações	(73.992)	(3.117.174)	(3.060)	(3.194.226)
Transferências	242.679	22.830	(282.431)	(16.922)
Diferenças cambiais	(9.547)	(27.463)	-	(37.010)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	10.359.381	9.841.274	3.618	20.204.273
Amortizações:				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1.430.999	5.620.152	-	7.051.151
Amortizações do exercício	375.063	2.209.235	-	2.584.298
Abates / alienações	(50.067)	(1.824.573)	-	(1.874.640)
Transferências	(140.591)	137.673	-	(2.918)
Diferenças cambiais	(16.315)	(18.964)	-	(35.279)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1.599.089	6.123.523	-	7.722.612
Amortizações do exercício	358.747	1.513.222	-	1.871.969
Abates / alienações	(53.856)	(876.725)	-	(930.581)
Transferências	153.094	(156.011)	-	(2.917)
Diferenças cambiais	(4.596)	(6.554)	-	(11.150)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2.052.478	6.597.455	-	8.649.933
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	8.306.903	3.243.819	3.618	11.554.340
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	8.511.065	4.863.371	200.328	13.574.764

26 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Software	4.122.957	3.979.630
Activo intangível em curso	101.097	170.030
	4.224.054	4.149.660
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(251.843)	(311.035)
Relativas a exercícios anteriores	(3.641.795)	(3.329.129)
	(3.893.638)	(3.640.164)
	330.416	509.496

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis são analisados como segue:

(Valores expressos em euros)

	Software	Activo intangível em curso	Total
Custo de aquisição:			
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3.848.005	70.698	3.918.703
Adições	115.741	146.671	262.412
Abates / alienações	-	(30.228)	(30.228)
Transferências	34.222	(17.111)	17.111
Diferenças cambiais	(18.338)	-	(18.338)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.979.630	170.030	4.149.660
Adições	61.317	-	61.317
Abates / alienações	(163)	-	(163)
Transferências	85.855	(68.933)	16.922
Diferenças cambiais	(3.682)	-	(3.682)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	4.122.957	101.097	4.224.054
Amortizações:			
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3.337.867	-	3.337.867
Amortizações do exercício	311.035	-	311.035
Abates / alienações	-	-	-
Transferências	2.918	-	2.918
Diferenças cambiais	(11.656)	-	(11.656)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.640.164	-	3.640.164
Amortizações do exercício	251.843	-	251.843
Abates / alienações	(163)	-	(163)
Transferências	2.917	-	2.917
Diferenças cambiais	(1.123)	-	(1.123)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	3.893.638	-	3.893.638
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	229.319	101.097	330.416
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	339.466	170.030	509.496

27 Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas em 2008 são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros	Passivo Euros	Capital próprio Euros	Resultado líquido Euros	Custo da participação Euros
Banco Pecúnia, S.A.	262.652.300	211.306.573	51.345.727	6.884.082	15.887.690

	% Detida	Valor de balanço Euros	Resultados de associadas atribuível ao Grupo Euros
Banco Pecúnia, S.A.	30%	15.445.572	2.065.225

Durante o primeiro semestre de 2008, verificou-se uma reorganização na associada do Brasil, tendo as sociedades Galo S.A. e Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sido incorporados no Banco Pecúnia, S.A..

O grupo financeiro Banco Pecúnia, S.A. é detido em 70% pelo Banco Société Générale Brasil, S.A. e em 30% pela Tecnicrédito SGPS, S.A.. A participação da Tecnicrédito SGPS, S.A. no Banco Pecúnia, S.A. foi adquirida a 27 de Março de 2007.

A 31 de Dezembro de 2009, a participação detida no Banco Pecúnia, S.A. está classificada como Activo não corrente detido para venda, conforme mencionado na nota 24.

A 31 de Dezembro de 2008, os movimentos verificados nesta rubrica são analisados como segue:

	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	17.167.066
Aquisições	-
Resultado de associadas	2.065.224
Diferenças cambiais	(3.786.718)
Saldo em 31 de Dezembro	15.445.572

28 Activos e passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	2.660.984	6.478.627
Carga fiscal paga	5.285.980	8.121.502
Diferença:		
A receber	2.653.683	1.642.875
A pagar	(28.687)	-

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga nas Sociedades com Imposto sobre o rendimento a pagar, encontra-se totalmente reconhecida.

O montante dos impostos sobre lucros para a Tecnicrédito SGPS, S.A. e suas subsidiárias, foi calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre lucros.

29 Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2009		2008	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Comissões	1.425.709	207.348	1.948.944	2.197.189
Provisões para crédito	2.246.389	10.717.382	3.887.767	2.864.104
Instrumentos financeiros derivados	4.045.621	145.317	2.323.183	41.684
Passivos subordinados	-	148.304	-	278.527
Prejuízos fiscais	740.337	-	224.181	-
Desreconhecimento de activos	608.988	1.312.959	713.301	1.243.977
Outros	1.017.242	546.879	956.634	524.447
	10.084.286	13.078.189	10.054.010	7.149.928
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	(9.192.744)	(9.192.744)	(6.940.392)	(6.940.392)
Activos e Passivos por impostos diferidos	891.542	3.855.445	3.113.618	209.536
Impostos diferidos líquidos	(2.993.903)		2.904.082	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	2.904.082	562.605
Reconhecido em resultados	(5.832.928)	1.122.685
Reconhecido em reservas	(10.815)	798.016
Diferenças cambiais	(54.242)	420.776
Saldo em 31 de Dezembro	(2.993.903)	2.904.082

Durante o exercício de 2009 e 2008, o imposto diferido com impacto em reservas teve origem na rubrica Derivados.

30 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	71.842	75.468
Outros devedores	3.005.123	5.925.394
Aplicações por recuperação de crédito	1.139.273	592.140
Outros proveitos a receber	157.650	2.620.314
Custos diferidos	1.389.061	2.271.199
Património artístico	157.210	101.126
Outras operações a regularizar	1.238.615	1.546.871
	7.158.774	13.132.512
Imparidade de outros activos	(738.252)	(381.506)
	6.420.522	12.751.006

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber no montante de Euros 71.842 (2008: Euros 75.468) representa o IVA a recuperar, por reembolsos pedidos, decorrentes da actividade do Grupo.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 618.011 (2008: Euros 614.875) referente a cauções efectuadas junto da VISA, no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Outros devedores também inclui o montante de Euros 240.316 (2008: Euros 418.898) referente a valores entregues à First Data Limited no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito, no montante de Euros 1.139.273 (2008: Euros 592.140) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos, cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.8.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de Euros 79.748 (2008: Euros 921.428) referente à comparticipação de resultados a receber das seguradoras relativamente à carteira de crédito angariada pelo Grupo.

A rubrica Custos diferidos inclui o montante de Euros 240.338 (2008: Euros 498.126) referente a comissões bancárias.

A rubrica Custos diferidos inclui também o montante de Euros 199.681 (2008: Euros 466.144) relativos ao diferimento das despesas com a montagem das operações de securitização BMORE Finance No. 4 plc e BMORE Finance No. 5 fundo.

A rubrica Imparidade de outros activos, refere-se a imparidade para aplicações por recuperação de crédito e os seus movimentos são analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	381.506	135.019
Dotações do exercício	1.330.657	750.907
Reversões do exercício	(975.302)	(504.420)
Diferenças cambiais	1.391	-
Saldo em 31 de Dezembro	738.252	381.506

31 Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados de taxa de juro	17.165.090	9.979.017
Derivados de taxa de câmbio	900.244	386.652
	18.065.334	10.365.669

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2009		2008	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Derivados de negociação				
Contratos sobre taxas de juro:				
BMORE Finance No. 3 plc	3.933.549	39.547	29.992.905	241.810
BMORE Finance No. 4 plc	87.642.636	1.878.796	160.331.543	1.307.780
BMORE Finance No. 5 fundo	241.369.440	15.246.747	183.404.823	7.976.168
Interest rate swaps	-	-	41.498.282	453.259
	332.945.625	17.165.090	415.227.553	9.979.017
Contratos sobre taxas de câmbio:				
Forward rate agreements				
Compra	118.316.684	900.244	34.268.525	386.652
Venda	117.564.591		34.279.102	
	235.881.275	900.244	68.547.627	386.652
	568.826.900	18.065.334	483.775.180	10.365.669

A análise por maturidade dos Passivos financeiros detidos para negociação é a seguinte:

	2009		2008	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	255.138.832	2.490.942	98.242.679	628.916
De 3 meses a 1 ano	39.299.789	718.266	110.551.493	1.014.192
De 1 ano até 5 anos	271.838.737	14.705.578	272.470.288	8.613.881
Mais de 5 anos	2.549.542	150.548	2.510.720	108.680
	568.826.900	18.065.334	483.775.180	10.365.669

Conforme disposto na IFRS 7, os passivos financeiros detidos para negociação estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2).

32 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Instituições de crédito no país	144.921.133	304.323.982
Instituições de crédito no estrangeiro	1.896.540	28.199.179
	146.817.673	332.523.161

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	58.581.919	42.064.330
De 3 meses até 1 ano	31.749.698	178.261.948
De 1 ano até 5 anos	56.486.056	112.196.883
	146.817.673	332.523.161

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito inclui o montante de Euros 8.214.576 (2008: Euros 29.343.337) referente a descobertos bancários.

33 Recursos de clientes

Esta rubrica no montante de Euros 3.138.163 (2008: Euros 4.189.503) refere-se a depósitos com pré-aviso e depósitos à ordem, no âmbito da actividade do Grupo.

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

A rubrica Recursos de clientes tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	1.991.271	1.811.447
De 3 meses até 1 ano	1.146.892	2.378.056
	3.138.163	4.189.503

34 Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Empréstimos obrigacionistas	443.476.024	472.053.283
Papel comercial	19.911.200	14.829.563
	463.387.224	486.882.846

À data de 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2009 Euros
Papel Comercial				
Banco Mais 8ª emissão	Jun/2009	Abr/2010	1,71%	20.000.000
BMORE Finance No. 5 fundo				
Senior Units A	Nov/2007	Nov/2010	Conduit + 0,8%	275.000.000
Obrigações de caixa				
Banco Mais, S.A.				
Banco Mais 2005-2010	Jun/2005	Jun/2010	Euribor 6 meses + 0,95%	20.000.000
Banco Mais 2007-2010	Mai/2007	Mai/2010	Euribor 6 meses + 0,50%	50.000.000
Banco Mais 2007-2012	Out/2007	Out/2012	Euribor 6 meses + 0,40%	30.000.000
BMORE Finance No. 3 plc				
Class C Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses + 1,50%	4.128.566
BMORE Finance No. 4 plc				
Class A Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,20%	22.584.506
Class B Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,35%	15.740.000
Class C Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,55%	17.260.000
Class D Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,94%	8.000.000
Periodificações e custos diferidos				674.152
				463.387.224

Durante o exercício de 2009, o Grupo efectuou o reembolso de empréstimos obrigacionistas no montante de Euros 78.085.382 (2008: Euros 26.329.519).

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros	2008 Euros
Até 3 meses	10.690.879	38.139.468
De 3 meses até 1 ano	137.006.031	52.594.117
De 1 ano até 5 anos	188.956.993	293.081.323
Mais de 5 anos	126.733.321	103.067.938
	463.387.224	486.882.846

35 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	131.902	1.408.254

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	1.408.254	1.625.000
Dotações do exercício	6.902	298.969
Reversões do exercício	(1.028.925)	(500.000)
Utilizações	(270.043)	-
Diferenças cambiais	15.714	(15.715)
Saldo em 31 de Dezembro	131.902	1.408.254

36 Passivos subordinados

Esta rubrica representa as responsabilidades do Grupo relativamente ao empréstimo obrigacionista subordinado, emitido nas seguintes condições:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2009 Euros
Banco Mais 2004/2011 com juro suplementar	Dez/2004	Mar/2011	Taxa fixa 2,5% + + juro suplementar	4.145.918

O empréstimo obrigacionista Banco Mais 2004/2011 vence juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável. Os juros relativos à componente fixa são pagos anualmente à taxa de 2,5%. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social do Banco Mais, S.A. à data da subscrição, da qual resulta para 2009 a taxa de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido de reservas obrigatórias.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2009 Euros	2008 Euros
De 1 a 5 anos	4.145.918	5.085.715

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados são analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Encargos imputados com passivos subordinados	1.811.140	3.215.536
Encargos pagos com passivos subordinados	2.732.390	3.935.996

37 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Cauções recebidas	10.896.374	13.801.354
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	5.656.953	6.442.858
Companhias de seguros	78.568	2.927.730
Comissões por angariação de contratos	917.584	424.274
Outros credores	860.063	3.127.527
Custos a pagar com férias e subsídios de férias e bónus	1.149.741	1.075.466
Imposto do selo a pagar	293.307	335.478
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	824.950	723.446
Sector público administrativo	324.176	351.901
Outros custos a pagar	1.032.124	2.171.380
Proveitos diferidos	138.863	145.700
Outras contas de regularização	1.235.770	1.377.218
	23.408.473	32.904.332

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 10.896.374 (2008: Euros 13.801.354) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Companhias de seguros no montante de Euros 78.568 (2008: Euros 2.927.730) refere-se a prémios de seguros de vida e protecção total recebidos de clientes a entregar pelo Grupo.

A rubrica Comissões por angariação de contratos no montante de Euros 917.584 (2008: Euros 424.274) refere-se a comissões a pagar a angariadores de contratos.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.049.893 (2008: Euros 1.246.135) referente a recebimentos de clientes que serão regularizados no início do próximo exercício, por contrapartida da rubrica Crédito a clientes.

A rubrica Fornecedores de imobilizado em locação financeira no montante de Euros 5.656.953 (2008: Euros 6.442.858) refere-se a valores a pagar relativo ao contrato de locação financeira celebrado durante o exercício de 1999, que tem como objecto o imóvel das instalações do Grupo.

A reconciliação da rubrica Fornecedores em locação financeira é apresentada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Rendas e valor residual vincendos:		
Até 1 ano	888.571	1.040.981
De 1 ano até 5 anos	3.554.281	5.068.457
Mais de 5 anos	1.492.855	1.836.858
	5.935.707	7.946.296
Juro vincendo:		
Até 1 ano	(75.899)	(347.965)
De 1 ano até 5 anos	(184.415)	(955.105)
Mais de 5 anos	(18.440)	(200.368)
	(278.754)	(1.503.438)
Capital vincendo:		
Até 1 ano	812.672	693.016
De 1 ano até 5 anos	3.369.866	4.113.352
Mais de 5 anos	1.474.415	1.636.490
	5.656.953	6.442.858

38 Capital

O capital social no montante de Euros 17.500.000 (2008: Euros 17.500.000), representado por 17.500.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2009, a Tecnicrédito SGPS, S.A., é detida em 100% pelo BANIF SGPS, S.A., sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras do BANIF SGPS, S.A..

39 Reserva legal

A Tecnicrédito SGPS, S.A., reforça anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Nos termos da legislação portuguesa, esta reserva não está, normalmente, disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente em Portugal, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais dependendo da actividade económica.

40 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Os movimentos nas rubricas de Reservas de justo valor e Outras reservas e resultados transitados são apresentados como segue:

(Valores expressos em euros)

	Reservas de justo valor			Outras reservas e resultados transitados				
	Derivados de cobertura	Reserva por impostos diferidos	Total de reservas de justo valor	Reserva legal	Diferenças cambiais	Outras reservas	Resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5.132.505	(526.983)	4.605.522	8.861.550	255.972	130.987.926	30.232.064	170.337.512
Alterações de justo valor	(8.371.368)	798.016	(7.573.352)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(5.743.354)	-	-	(5.743.354)
Constituição de reservas	-	-	-	1.677.472	-	21.404.574	7.449.248	30.531.294
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	(3.238.863)	271.033	(2.967.830)	10.539.022	(5.487.382)	152.392.500	37.681.312	195.125.452
Alterações de justo valor	343.497	(10.815)	332.682	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	2.721.497	-	-	2.721.497
Constituição de reservas	-	-	-	277.731	-	30.386.930	(2.891.976)	27.772.685
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(2.400.421)	-	(2.400.421)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	(2.895.366)	260.218	(2.635.148)	10.816.753	(2.765.885)	180.379.009	34.789.336	223.219.213

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos por operações de cobertura em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.4.

41 Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
Garantias e avales prestados	9.855.796	6.982.167
Compromissos assumidos perante terceiros	15.997.876	9.122.258
Compromissos assumidos por terceiros	124.164.034	175.297.287
Activos recebidos em garantia	275.179	1.504.002
Outras contas extrapatrimoniais	218.574.412	280.328.890

As garantias e avales prestados são na sua totalidade garantias e avales e representam operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

A totalidade dos Compromissos assumidos perante terceiros são revogáveis e representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

42 Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2009 e eventos subsequentes

Durante o primeiro semestre de 2009, o Grupo Tecnicrédito procedeu a uma reorganização das participações internacionais. A Tecnicrédito SGPS, S.A. alienou as participações que detinha, directa e indirectamente, nas sociedades Tecnicrédito Cayman, Inc. e Tcc Investments, Ltd. respectivamente, conforme referido na nota 14. Essas participações foram adquiridas por outra sociedade do Grupo Tecnicrédito, a Tcc Investments Luxembourg, SARL que em 30 de Junho de 2009 procedeu à incorporação por fusão das sociedades adquiridas, com o objectivo de promover a eficiência do Grupo.

Em 10 de Julho de 2009, os accionistas da Tecnicrédito SGPS, S.A. celebraram um contrato com o Banif SGPS, S.A., nos termos do qual resultou a cedência da totalidade das suas acções, recebendo em troca 70 milhões de acções mais 70 milhões de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em acções, em ambos os casos emitidas pela Banif SGPS, S.A, e ainda um montante em dinheiro determinado em 28 de Fevereiro de 2010. Em consequência destas operações, o Banif – Grupo Financeiro passou a incorporar integralmente o Grupo Tecnicrédito.

Em Janeiro de 2010, o Grupo Tecnicrédito celebrou um acordo de venda com o Banco Société Générale Brasil, S.A. para a alienação da participação de 30% do Banco Pecúnia, S.A. no Brasil, que irá ocorrer durante o exercício de 2010.

43 Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos, passivos financeiros e juros associados, bem como as taxas de juro médias efectivas, são apresentados como se segue:

	2009		
	Balanço médio Euros	Juros do exercício Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações em outras instituições de crédito	42.416.746	830.926	2,0%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.052.341	369.217	0,4%
Crédito a clientes	854.210.119	92.534.641	10,8%
Total de activos geradores de juros	983.023.596	93.734.784	
Activos não geradores de juros	62.280.571		
Total do Activo	1.051.959.777		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de instituições crédito	271.855.821	9.435.991	3,5%
Recursos de clientes	3.315.998	160.750	4,8%
Responsabilidades representadas por títulos	473.324.224	16.687.294	3,5%
Passivos subordinados	4.121.787	1.811.140	17,5%(1)
Total de passivos geradores de juros	752.617.829	28.095.175	
Passivos não geradores de juros	51.307.912		
Total do Passivo	803.925.741		
Capital Próprio	248.034.036		
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.051.959.777		
Taxa de remuneração dos activos	9,5%		

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido das reservas obrigatórias.

	2008		
	Balanço médio Euros	Juros do exercício Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações em outras instituições de crédito	2.680.178	101.794	3,8%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	83.322.380	3.083.411	3,7%
Crédito a clientes	982.802.078	117.759.389	11,9%
Total de activos geradores de juros	1.068.804.636	120.944.594	
Activos não geradores de juros	63.173.147		
Total do Activo	1.131.977.783		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de instituições crédito	362.645.391	18.113.235	5,0%
Recursos de clientes	4.735.491	223.589	4,7%
Responsabilidades representadas por títulos	502.260.952	22.289.885	4,4%
Passivos subordinados	5.521.220	3.215.536	17,5% (1)
Total de passivos geradores de juros	875.163.054	43.842.245	
Passivos não geradores de juros	21.320.336		
Total do Passivo	896.483.390		
Capital Próprio	235.494.393		
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.131.977.783		
Taxa de remuneração dos activos	11,3%		

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido das reservas obrigatórias.

44 Justo valor

A 31 de Dezembro de 2009, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisada como segue:

	2009	
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros
Activos financeiros:		
Caixa e disp. em bancos centrais	386.009	386.009
Disp. em outras instituições financeiras	89.693.191	89.693.191
Detidos para negociação	16.733.286	16.733.286
Disponíveis para venda	69.573	69.573
Aplicações em instituições de crédito	25.738.113	25.738.113
Crédito a clientes	757.444.195	757.857.565
Derivados de cobertura	6.011	6.011
Passivos financeiros:		
Detidos para negociação	18.065.334	18.065.334
Recursos de outras instituições de crédito	146.817.673	146.786.197
Recursos de clientes	3.138.163	3.138.163
Responsabilidades representadas por títulos	463.387.224	461.730.748
Derivados de cobertura	2.600.567	2.600.567
Passivos subordinados	4.145.918	4.145.918

A 31 de Dezembro de 2008, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisada como segue:

	2008	
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros
Activos financeiros:		
Caixa e disp. em bancos centrais	259.528	259.528
Disp. em outras instituições financeiras	88.529.601	88.529.601
Detidos para negociação	9.381.908	9.381.908
Disponíveis para venda	69.573	69.573
Aplicações em instituições de crédito	3.212.727	3.212.727
Crédito a clientes	967.084.681	967.496.744
Derivados de cobertura	70.913	70.913
Passivos financeiros:		
Detidos para negociação	18.065.334	18.065.334
Recursos de outras instituições de crédito	332.523.161	331.848.919
Recursos de clientes	4.189.503	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	485.986.192
Derivados de cobertura	2.147.360	2.147.360
Passivos subordinados	5.085.715	5.085.715

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como se segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando que as taxas de juro aplicáveis a estes instrumentos financeiros são renovadas por períodos inferiores a um ano, o valor de balanço representa uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito ao consumo, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias das operações efectuadas em Dezembro de 2009 (condições correntes de mercado).

Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam, é estimado com base na actualização de fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço.

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam, é estimado com base na actualização de fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

45 Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento no exercício de 2009			
		31-12-09	31-12-08	Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário Euros
Membros de Órgãos Sociais							
Acções:							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	-	522.135	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	-	227.155	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes (1)	Administrador	-	1.738.750	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira (2)	Administrador	-	455.000	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes (3)	Administrador	-	455.000	-	-	-	-
Obrigações:							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	8.207	8.207	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	3.683	3.683	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes (1)	Administrador	10.081	10.081	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes (3)	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-
António Luis Matos Athayde Martha	Suplente Conselho Fiscal	1.641	1.641	-	-	-	-
Maria Teresa Andrade Dias	Vogal Conselho Fiscal	561	561	-	-	-	-

(1) Posição detida indirectamente em 82%.
(2) Posição detida indirectamente em 50,002%.
(3) Posição detida indirectamente em 99%.

À data de 31 de Dezembro de 2009, a Tecnicrédito SGPS, S.A. é detida em 100% pelo Banif SGPS, S.A.. A Integração da Tecnicrédito SGPS, S.A. teve por base uma permuta, recebendo os accionistas da Tecnicrédito SGPS, S.A. valores mobiliários emitidos pelo Banif SGPS, S.A., sendo que, nos termos da relação de troca acordada, por cada acção da Tecnicrédito SGPS, S.A. entregue deverão ser dadas em contrapartida 4 acções ordinárias representativas do capital social do Banif SGPS, S.A. e 4 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em acções representativas do capital social do Banif SGPS, S.A. acrescido ainda de um valor em dinheiro determinado em 28 de Fevereiro de 2010.

À data de 31 de Dezembro de 2009, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2009			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	25.720.696	2.118.322	1.134.502	409.251
Auto-Industrial, S.A.	-	-	28.348	47.513
	25.720.696	2.118.322	1.162.850	456.764

À data de 31 de Dezembro de 2008, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2008			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Auto-Industrial, S.A.	-	1.750.000	94.540	31.258

46 Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, o Grupo Tecnicrédito, concentra-se num único segmento de negócio que é o crédito ao consumo.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, o Grupo Tecnicrédito actua com especial enfoque nos mercados Português, Espanhol, Eslovaco, Húngaro e Brasileiro, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de outros mercados. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Espanha, Hungria, Luxemburgo, Brasil e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Mais, S.A., em Portugal. O segmento Espanha inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España e o segmento Hungria encontra-se representado pela actividade do Bank Plus Bank Zártkörúen Múködó Részvénytársaság. O segmento Luxemburgo encontra-se representado pela actividade da Tcc Investments Luxembourg, SARL e o segmento Brasil representa essencialmente a actividade desenvolvida

pelo Banco Pecúnia, S.A.. O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos.

Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

Demonstração de resultados	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Juros e rendimentos similares	71.648.489	5.464.044	14.634.639	-	3.617.748	95.364.920
Juros e encargos similares	(23.604.771)	(2.449.738)	(2.814.627)	-	(856.175)	(29.725.311)
Margem financeira	48.043.718	3.014.306	11.820.012	-	2.761.573	65.639.609
Resultados de serviços e comissões	5.636.905	1.253.643	1.698.909	-	330.067	8.919.524
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(693.717)	-	(917.800)	-	-	(1.611.517)
Resultados de reavaliação cambial	334.770	-	1.390.919	-	75.015	1.800.704
Outros resultados de exploração	2.136.259	178.086	(523.948)	-	(42.357)	1.748.040
Total de proveitos operacionais	55.457.935	4.446.035	13.468.092	-	3.124.298	76.496.360
Custos com pessoal	6.436.863	1.203.313	1.342.854	-	753.900	9.736.930
Gastos gerais administrativos	11.023.199	1.951.429	2.701.022	-	849.921	16.525.571
Amortizações do exercício	1.552.671	128.794	335.945	-	106.402	2.123.812
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(4.218.569)	13.451.839	2.493.463	-	1.004.068	12.730.801
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	120.516	-	234.839	688.031	-	1.043.386
Provisões líquidas de reversões	(1.042.803)	-	20.780	-	-	(1.022.023)
Total de custos operacionais	13.871.877	16.735.375	7.128.903	688.031	2.714.291	41.138.477
Resultados de associadas	-	-	-	(3.226.197)	-	(3.226.197)
Resultado antes de imposto	41.586.058	(12.289.340)	6.339.189	(3.914.228)	410.007	32.131.686
Impostos correntes	(2.083.688)	-	(353.666)	-	(223.630)	(2.660.984)
Impostos diferidos	(8.821.675)	3.686.803	(848.597)	-	150.541	(5.832.928)
	(10.905.363)	3.686.803	(1.202.263)	-	(73.089)	(8.493.912)
Resultado consolidado líquido do exercício	30.680.695	(8.602.537)	5.136.926	(3.914.228)	336.918	23.637.774

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	375.436	923	8.954	-	696	386.009
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82.832.667	1.168.349	4.243.366	-	1.448.809	89.693.191
Activos financeiros detidos para negociação	16.712.590	-	20.696	-	-	16.733.286
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	69.573
Aplicações em Instituições de crédito	25.738.113	-	-	-	-	25.738.113
Crédito a clientes	577.549.279	46.362.815	112.996.856	-	20.535.245	757.444.195
Derivados de cobertura	6.011	-	-	-	-	6.011
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	15.410.344		15.410.344
Activos tangíveis	10.564.568	248.090	579.169	-	162.513	11.554.340
Activos intangíveis	221.343	15.972	86.307		6.794	330.416
Activos por impostos correntes	1.229.288	-	1.423.091	-	1.304	2.653.683
Activos por impostos diferidos	(8.344.193)	8.085.306	674.073	-	476.356	891.542
Outros activos	5.174.591	623.763	382.465	-	239.703	6.420.522
Total do Activo	712.129.266	56.505.218	120.414.977	15.410.344	22.871.420	927.331.225
Passivos financeiros detidos para negociação	17.165.196	-	900.138	-	-	18.065.334
Recursos de outras instituições de crédito	(6.872.472)	50.567.208	83.606.099	-	19.516.838	146.817.673
Recursos de clientes	3.135.202	-	2.961	-	-	3.138.163
Responsabilidades representadas por títulos	463.387.224	-	-	-	-	463.387.224
Derivados de cobertura	2.600.567	-	-	-	-	2.600.567
Provisões	131.902	-		-	-	131.902
Passivos por impostos correntes	(189.761)	-	-	-	218.448	28.687
Passivos por impostos diferidos	3.885.445	-		-	-	3.885.445
Passivos subordinados	4.145.918	-	-	-	-	4.145.918
Outros passivos	20.891.105	1.210.150	853.430	-	453.788	23.408.473
Total do Passivo	508.280.326	51.777.358	85.362.628	-	20.189.074	665.609.386
Total Capital Próprio	203.848.940	4.727.860	35.052.349	15.410.344	2.682.346	261.721.839
Total do passivo e capital próprio	712.129.266	56.505.218	120.414.977	15.410.344	22.871.420	927.331.225

Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2008, são analisados como segue:

Demonstração de resultados	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Juros e rendimentos similares	91.576.935	10.535.066	19.530.851	-	3.214.806	124.857.658
Juros e encargos similares	(37.284.331)	(5.468.392)	(4.126.002)	-	(876.584)	(47.755.309)
Margem financeira	54.292.604	5.066.674	15.404.849	-	2.338.222	77.102.349
Resultados de serviços e comissões	8.886.696	1.120.697	3.153.139	-	234.552	13.395.084
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(4.670.978)	-	(6.043.959)	-	3.019.803	(7.695.134)
Resultados de reavaliação cambial	2.958.794	-	7.623.516	-	(377.502)	10.204.808
Outros resultados de exploração	2.132.451	54.978	(1.201.542)	-	179.566	1.165.453
Total de proveitos operacionais	63.599.567	6.242.349	18.936.003	-	5.394.641	94.172.560
Custos com pessoal	6.146.983	1.392.341	1.524.157	-	682.774	9.746.255
Gastos gerais administrativos	10.614.284	2.119.393	2.665.776	-	2.256.803	17.656.256
Amortizações do exercício	2.215.688	198.610	367.320	-	113.715	2.895.333
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17.222.483	10.625.563	1.859.542	-	558.690	30.266.278
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	246.487	-	-	-	-	246.487
Provisões líquidas de reversões	(500.000)	-	298.969	-	-	(201.031)
Total de custos operacionais	35.945.925	14.335.907	6.715.764	-	3.611.982	60.609.578
Resultados de associadas	-	-	-	2.065.224	-	2.065.224
Resultado antes de imposto	27.653.642	(8.093.558)	12.220.239	2.065.224	1.782.659	35.628.206
Impostos correntes	(4.303.908)	-	(2.169.706)	-	(5.013)	(6.478.627)
Impostos diferidos	(981.007)	2.368.826	(301.450)	-	36.316	1.122.685
	(5.284.915)	2.368.826	(2.471.156)	-	31.303	(5.355.942)
Resultado consolidado líquido do exercício	22.368.727	(5.724.732)	9.749.083	2.065.224	1.813.962	30.272.264

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2008, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	236.525	1.241	10.577	-	11.185	259.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.794.233	34.635	2.141.255	-	559.478	88.529.601
Activos financeiros detidos para negociação	(3.379.384)	-	78.300	-	-	9.381.908
Activos financeiros disponíveis para venda	(7.569.476)	-	-	-	7.639.049	69.573
Aplicações em Instituições de crédito	222.639.207	-	-	-	9.025.535	3.212.727
Crédito a clientes	712.143.541	84.661.190	151.931.740	-	18.348.210	967.084.681
Derivados de cobertura	208.374.781	-	-	-	-	70.913
Activos tangíveis	12.075.421	437.052	817.935	-	244.356	13.574.764
Activos intangíveis	347.663	26.643	121.218	-	13.972	509.496
Investimentos em associadas	-	-	-	15.445.572	-	15.445.572
Activos por impostos correntes	208.374.781	-	128.761	-	-	1.642.875
Activos por impostos diferidos	575.053	2.215.768	-	-	322.797	3.113.618
Outros activos	4.808.292	1.758.720	900.749	-	5.283.245	12.751.006
Total do Activo	813.487.079	89.135.249	156.130.535	15.445.572	41.447.827	1.115.646.262
Passivos financeiros detidos para negociação	9.525.759	-	839.910	-	-	10.365.669
Recursos de outras instituições de crédito	112.494.460	85.272.072	116.543.868	-	18.212.761	332.523.161
Recursos de clientes	4.112.297	-	77.206	-	-	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	-	-	-	486.882.846
Derivados de cobertura	2.147.360	-	-	-	-	2.147.360
Provisões	1.125.000	-	283.254	-	-	1.408.254
Passivos por impostos correntes	(5.181)	-	-	-	5.181	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	209.536	-	-	209.536
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	5.085.715
Outros passivos	28.922.859	532.780	2.870.446	-	578.247	32.904.332
Total do Passivo	650.291.115	85.804.852	120.824.220	-	18.796.189	875.716.376
Total Capital Próprio	163.195.964	3.330.397	35.306.315	15.445.572	22.651.638	239.929.886
Total do passivo e capital próprio	813.487.079	89.135.249	156.130.535	15.445.572	41.447.827	1.115.646.262

47 Empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS, S.A. e das suas empresas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo de empresas subsidiárias da Tecnicrédito SGPS, S.A., era constituído como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Actividade económica	Capital Euros	% Participação directa	% Participação indirecta
Banco Mais, S.A.	Lisboa	Actividade bancária	100.000.000	100%	-
Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.	Lisboa	Aluguer de longa duração	1.000.000	100%	-
Margem - Mediação de Seguros, Lda.	Lisboa	Mediação de seguros	6.235	100%	-
Bank Plus Bank Zártkörúen Múködó Részvénytársaság	Budapeste	Actividade bancária	12.158.090	-	100%
Tcc Investments Luxembourg, SARL	Luxemburgo	Investimentos financeiros	12.500	100%	-

O Banco Mais, S.A., é um banco privado com sede social em Lisboa, e tem como objecto social o exercício da actividade bancária e a realização de todas as operações permitidas aos bancos pela lei actual ou futura. A 31 de Dezembro de 2008, o Banco Mais, S.A. detém sucursais em Espanha, Eslováquia e Polónia.

A Sucursal em Espanha foi constituída em 12 de Julho de 2001, com o nome de Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España.

Em 15 de Julho de 2005, o Banco Mais, S.A. constituiu uma Sucursal na Eslováquia com o nome de Banco Mais, S.A., Pobočka zahraničnej banky.

A Sucursal na Polónia foi constituída em 27 de Março de 2006, com o nome de Banco Mais Spólka Akcyjna Oddzial w Polsce.

A Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A., foi constituída em 2 de Fevereiro de 1989, tendo por objecto social o aluguer de veículos automóveis com e sem condutor.

A Margem - Mediação de Seguros, Lda. foi constituída em Março de 1980 e tem por objecto social a mediação de seguros.

O Bank Plus Bank Zártkörúen Múködó Részvénytársaság foi constituído em 1 de Maio de 1998 e tem como objecto social o exercício da actividade bancária.

A Tcc Investments Luxembourg, SARL foi constituída em 10 de Dezembro de 2007. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

48 Gestão de riscos da actividade

A gestão e controlo de riscos da actividade são assumidos por toda a estrutura da Tecnicrédito SGPS e suas participadas e conduzidos pelos princípios e estratégias definidos pela Comissão Executiva. A Direcção de Risco, órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do Grupo Tecnicrédito, é responsável pela identificação, análise e acompanhamento dos vários riscos e respectivo reporte à Comissão Executiva e, desde a integração no Grupo Banif ocorrida em Setembro de 2009, à Direcção de Gestão Global de Risco do Grupo Banif.

A gestão dos riscos dispõe de uma política centralizada de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos da actividade, baseada em princípios de rigor e de prudência que pautam o desenvolvimento sustentado do negócio.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. O sub-grupo Tecnicrédito centra a sua actividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os riscos materialmente relevantes a que está exposto, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são o risco de crédito, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco operacional e, no caso específico da sucursal da Hungria, o risco cambial.

Risco de crédito

A Comissão Executiva define e revê periodicamente a estratégia de gestão de Risco de Crédito. Esta estratégia estabelece a política de risco a implementar e o nível de rentabilidade esperado em função dos diferentes graus de risco de crédito passíveis de serem assumidos. Na política de risco estabelecida são definidos os limites globais de crédito a nível individual e de grupo e o processo para aprovação de novos créditos e renovação de créditos existentes.

No Regulamento de Crédito de cada sucursal e da filial, discutido e aprovado centralmente mas devidamente adaptado às especificidades de cada país, está claramente definido e documentado o referido processo de concessão de crédito. O incumprimento deste regulamento encontra-se "barrado" pelo sistema informático implementado, que foi desenvolvido internamente de forma a responder às necessidades específicas do negócio. O cumprimento do Regulamento de Crédito e a detecção de eventuais falhas de controlo são também verificados através de auditorias internas regulares a processos seleccionados aleatoriamente.

A concessão de crédito assenta numa análise, que considera o *scoring* das propostas apresentadas, entrando em linha de conta com diversas variáveis que afectam o risco potencial das operações. No âmbito do novo acordo de capital regulamentar Basileia II e respeitando os normativos legais decorrentes do mesmo, o Grupo desenvolveu e implementou modelos internos de notação de risco. Neste âmbito, encontram-se implementados os *scorings* de admissão e de acompanhamento e o modelo de cálculo de LGDs (*Loss Given Default*) para as actividades desenvolvidas em Portugal e na Hungria. Os referidos modelos de admissão, acompanhamento e LGD para a sucursal húngara foram implementados em 2009.

A definição anual do *pricing* de cada produto está assente em critérios que permitem controlar à partida o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir em cada ano em função da rendibilidade pretendida. O cálculo deste *pricing* baseia-se nos custos de *funding*, nos custos administrativos, no risco associado às operações e no *spread* líquido que se pretende obter em cada segmento, relevando ainda a concorrência de cada segmento.

O Grupo possui modelos de avaliação do risco de crédito que permitem a produção de informação de forma integrada e segmentada. Esta informação é elaborada pela Direcção de Risco e mensalmente reportada à Direcção e Administração para acompanhamento e gestão permanente do risco das carteiras

de crédito originadas em cada ano e relativas a cada produto pelas diferentes participadas e sucursal. É também reportada informação sobre risco de crédito a entidades externas, de entre as quais se destaca o Banco de Portugal.

A repartição por sectores de actividade de exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

(Valores expressos em euros)

	2009						
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	105.044.905	15.882.709	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	1.851.856	36.887	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	794.726.055	128.259.025	-	-	-	-	-
Outros	-	-	16.733.286	-	69.573	-	9.855.796
Total	901.622.816	144.178.621	16.733.286	-	69.573	-	9.855.796

(Valores expressos em euros)

	2008						
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	117.627.662	4.729.564	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	2.185.964	76.355	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	900.766.010	48.689.036	-	-	-	-	-
Outros	-	-	9.381.908	-	69.573	-	6.982.167
Total	1.020.579.636	53.494.955	9.381.908	-	69.573	-	6.982.167

Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro do sub-grupo Tecnicrédito passa pela monitorização periódica deste risco de modo a, em cada momento e face ao nível de exposição detectado, serem contratados instrumentos de cobertura de modo a manter a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro a níveis baixos.

Semestralmente é elaborado um relatório de exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, considerando as maturidades e *repricings* das exposições, avaliando potenciais perdas em cenários de evolução das taxas de juro (*stress tests*).

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2009						
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	386.009	18.773	367.236	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	89.693.191	-	89.693.191	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	16.733.286	-	16.733.286	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	63.368	6.205
Aplicações em instituições de crédito	25.738.113	-	25.738.113	-	-	-	-
Crédito a clientes	757.444.195	44.614.268	122.204.269	50.538.772	93.675.215	407.860.477	38.551.194
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	18.065.334	-	18.065.334	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	146.817.673	-	111.409.995	15.000.000	-	20.407.678	-
Recursos de clientes	3.138.163	-	3.138.163	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	463.387.224	-	285.824.361	132.722.815	23.202.462	21.637.586	-
Passivos subordinados	4.145.918	-	-	-	-	4.145.918	-

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2008						
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	259.528	31.204	228.324	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.529.601	-	88.529.601	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	9.381.908		190.892	150.448	344.291	8.456.200	240.077
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	3.212.727	-	3.212.727	-	-	-	-
Crédito a clientes	967.084.681	-	306.972.499	53.738.482	96.825.089	456.266.166	53.282.445
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	10.365.669	-	627.407	231.573	782.619	8.482.285	241.785
Recursos de outras instituições de crédito	332.523.161	-	126.802.427	8.962.358	156.758.376	40.000.000	-
Recursos de clientes	4.189.503	-	4.189.503	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	249.066.139	97.015.203	37.588.683	103.212.821	-
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	5.085.715	-

De acordo com o definido pela Instrução nº. 19/2005 do Banco de Portugal, uma variação da taxa de juro de 200 p.b. origina um impacto acumulado negativo no Capital próprio no montante de Euros 20.048.116 que corresponde a um impacto negativo de 8,34%. A mesma variação da taxa de juro para os instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano origina um impacto acumulado negativo na Margem financeira no montante de Euros 3.250.753, que corresponde a um impacto negativo de 4,98%.

Risco de taxa de câmbio

No que respeita ao risco cambial, o Bank Plus Bank Zártkorúen Múkodó Részvénytársaság é a entidade do sub-grupo cuja carteira de crédito apresenta níveis significativos de exposição a moeda estrangeira para o Grupo. Com o objectivo único de se proteger da sua carteira de crédito indexada em moeda estrangeira (euros e francos suíços) de variações cambiais, esta participada segue uma política cobertura através da constituição de responsabilidades em moeda e montante equivalente à carteira de crédito indexada a cada

moeda e, não sendo esta medida suficiente, através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2009					
	Euro	Zloty Polaco	Forint Húngaro	Franco Suiço	Real Brasileiro	Valor Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	376.359	696	8.954	-	-	386.009
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.284.869	165.541	1.825.868	2.416.913	-	89.693.191
Activos financeiros detidos para negociação	16.733.286	-	-	-	-	16.733.286
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	25.738.113	-	-	-	-	25.738.113
Créditos a clientes	640.716.331	4.542.494	7.533.183	104.652.187	-	757.444.195
Derivados de cobertura	6.011	-	-	-	-	6.011
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	15.410.344	15.410.344
Activos tangíveis	11.509.722	44.618	-	-		11.554.340
Activos intangíveis	325.597	4.819	-	-	-	330.416
Activos por impostos correntes	2.653.683	-	-	-	-	2.653.683
Activos por impostos diferidos	670.618	220.924	-	-	-	891.542
Outros activos	3.284.486	15.564	3.120.472	-	-	6.420.522
Total do Activo	787.368.648	4.994.656	12.488.477	107.069.100	15.410.344	927.331.225
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	18.065.334	-	-	-	-	18.065.334
Recursos de outras instituições de crédito	111.577.235	1.741.043	138.642	33.360.753	-	146.817.673
Recursos de clientes	3.135.202	-	2.961	-	-	3.138.163
Responsabilidades representadas por títulos	463.387.224	-	-	-	-	463.387.224
Derivados de cobertura	2.600.567	-	-	-	-	2.600.567
Provisões	131.902	-	-	-	-	131.902
Passivos por impostos correntes	28.687	-	-	-	-	28.687
Passivos por impostos diferidos	3.885.445	-	-	-	-	3.885.445
Passivos subordinados	4.145.918	-	-	-	-	4.145.918
Outros passivos	22.343.712	211.331	853.430	-	-	23.408.473
Total do Passivo	629.301.226	1.952.374	995.033	33.360.753	-	665.609.386
Total Capital próprio	158.067.422	3.042.282	11.493.444	73.708.347	15.410.344	261.721.839
Total do passivo e capital próprio	787.368.648	4.994.656	12.488.477	107.069.100	15.410.344	927.331.225

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2008					
	Euro	Zloty Polaco	Forint Húngaro	Franco Suiço	Real Brasileiro	Valor Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	248.697	254	10.577	-	-	259.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.913.076	973	2.091.529	48.965	-	88.529.601
Activos financeiros detidos para negociação	9.335.095	-	46.813	-	-	9.381.908
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	2.864.727	348.000	-	-	-	3.212.727
Créditos a clientes	797.894.522	4.106.860	9.868.051	141.143.800	-	967.084.681
Derivados de cobertura	70.913	-	-	-	-	70.913
Activos tangíveis	12.512.473	63.607	817.935	-	-	13.574.764
Activos intangíveis	374.305	9.913	121.219	-	-	509.496
Investimentos em associadas	-	-	-	-	15.445.572	15.445.572
Activos por impostos correntes	1.514.114	-	128.761	-	-	1.642.875
Activos por impostos diferidos	2.790.820	228.031	-	-	-	3.113.618
Outros activos	12.049.074	61.358	398.493	-	-	12.751.006
Total do Activo	925.637.389	4.818.996	13.483.378	141.192.765	15.445.572	1.115.646.262
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	9.640.201	-	272.209	453.259	-	10.365.669
Recursos de outras instituições de crédito	229.960.323	-	660.159	88.306.651	-	332.523.161
Recursos de clientes	4.112.297	-	77.206	-	-	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	-	-	-	486.882.846
Derivados de cobertura	2.147.360	-	-	-	-	2.147.360
Provisões	1.125.000	-	283.254	-	-	1.408.254
Passivos por impostos correntes	(5.181)	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	209.536	-	-	209.536
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	5.085.715
Outros passivos	29.604.455	196.716	2.870.447	-	-	32.904.332
Total do Passivo	768.553.016	196.716	4.372.811	88.759.910	-	875.716.376
Total Capital próprio	157.084.373	4.622.280	9.110.567	52.432.855	15.445.572	239.929.886
Total do passivo e capital próprio	925.637.389	4.818.996	13.483.378	141.192.765	15.445.572	1.115.646.262

Risco de liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

Com a integração da Tecnicrédito SGPS e suas participadas no Grupo Banif, o sub-grupo Tecnicrédito ampliou a sua capacidade de acesso aos mercados financeiros nacional e internacional, estando a sua política de liquidez integrada na estratégia do Grupo Banif.

O planeamento financeiro é gerido numa perspectiva de sub-grupo Tecnicrédito. Neste sentido, anualmente é elaborado e integrado no orçamento geral do sub-grupo Tecnicrédito um orçamento das

necessidades de tesouraria para cada actividade, que quantifica e integra as directrizes estratégicas de gestão de liquidez. Este orçamento é analisado e aprovado pelo Comissão Executivo.

Com uma periodicidade mensal é revisto e actualizado o orçamento de tesouraria para os doze meses seguintes, sendo que é igualmente elaborado e dado a conhecer à Direcção Financeira e à Comissão Executiva um relatório de tesouraria que releva, entre outros, a gestão da liquidez e da execução do orçamento de Tesouraria bem como a avaliação e controlo das exigências líquidas de fundos actuais e expectáveis em função de simulações de diversos cenários no que concerne às necessidades de fundos e à disponibilidade dos instrumentos financeiros projectados.

Mensalmente é ainda preparado e apresentado à Comissão Executiva o mapa de gestão de fundos que enuncia, entre outras, todas as linhas de crédito contratadas, valores negociados e respectivas utilizações.

A análise dos prazos de maturidade do activos e passivos encontram-se discriminados nas notas correspondentes.

Risco operacional

A estratégia de gestão do risco operacional do sub-grupo Tecnicrédito estabelece os princípios de identificação, avaliação, controlo e mitigação do risco e está contida e sistematizada nas Normas Internas. Este é o documento de base que enforma as regras de prevenção do risco operacional definidas e logo as normas ajustadas às especificidades do negócio e de cada país onde o sub-grupo Tecnicrédito opera.

O Gabinete de Estudo, órgão de staff independente que reporta directamente à Comissão Executiva, tem à sua responsabilidade a função de *compliance*, no âmbito da qual, em parceria com as diversas áreas funcionais de Portugal e dos restantes países, procede à elaboração e actualização periódica dos normativos internos do Grupo, bem como à sua comunicação.

Estes normativos encontram-se publicados numa aplicação disponível em todos os países e acessível a todos os colaboradores. O seu cumprimento é alvo de verificação e controlo periódico em todos os departamentos das diversas participadas e respectivas sucursais, através de auditorias elaboradas pelas equipas de Auditoria Interna. Estes processos de auditoria culminam na elaboração de relatórios de auditoria que são veiculados junto das respectivas Direcções e da Comissão Executiva.

Em paralelo com as referidas Normas Internas, o sub-grupo Tecnicrédito tem em utilização por todos os colaboradores o módulo de registo dos eventos de risco operacional para a actividade em Portugal, Espanha e Hungria, sendo produzidos mensalmente relatórios sobre os resultados obtidos.

Através do Módulo de risco operacional é possível registar todas as ocorrências nas áreas consideradas mais relevantes para o negócio, identificar, avaliar, monitorar o risco operacional e armazenar informações associadas a este risco.

São também efectuados controlos à base de dados, com o intuito de detectar a existência de incongruências, e realizadas auditorias.

Os *softwares* utilizados na gestão operacional do negócio são desenvolvidos internamente revelando um nível de customização ao negócio desenvolvido e às realidades dos países onde o grupo opera, traduzindo-se tal facto num número de restrições, limites e controlos impostos pelo próprio "sistema informático". Saliente-se ainda o nível de segregação de funções como mais uma forma de controlo de irregularidades.

O *software* denominado "Informação de Gestão" é um módulo de *reports* onde consta a informação mais relevante segmentada por país, dentro de cada país, pelos vários departamentos, e com diferentes permissões de acesso consoante o tipo de utilizador. Este projecto permite um controlo mais rápido e eficaz

sobre o risco operacional da empresa, permite a monitorização on-line das performances relacionadas com a actividade corrente, em cada uma das actividades desenvolvidas, e da prevenção e controlo de possíveis falhas, entre outros. Do ponto de vista do Controlo Interno esta aplicação permitiu que diversos controlos estejam disponíveis on-line na rede interna do Grupo.

O Grupo tem implementado um Plano de Contingência que contempla a garantia do funcionamento contínuo da actividade após a ocorrência de eventos susceptíveis de afectar essa continuidade (*Business Continuity Management*), nomeadamente no que respeita à impossibilidade, parcial ou total, de desenvolvimento da sua actividade a partir do Edifício Sede, situado na Avenida 24 de Julho, em Lisboa. Em 2010 será efectuado o trabalho de articulação com o Plano de Continuidade do Negócio do Grupo BANIF.

Gestão de capital e Rácio de solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo para 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

(Valores expressos em Euros)

	2009	2008
A - Fundos Próprios		
Capital Realizado e Acções Próprias	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	60.367	60.367
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuidos	208.788.640	198.152.046
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	-	27.772.685
Reservas de Reavaliação Cambiais	(3.379.384)	(5.487.382)
Activos Intangiveis	(330.416)	(509.496)
A1 - Fundos Próprios de Base excluindo Acções Preferenciais (CORE TIER I)	222.639.207	237.488.220
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras	(14.264.426)	(12.359.857)
A2 - Fundos Próprios de Base (TIER I)	208.374.781	225.128.363
Divida Subordinada elegivel	1.145.918	3.085.715
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras	(1.145.918)	(3.085.715)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)	-	-
A3 - Fundos Próprios Elegíveis Totais	208.374.781	225.128.363
B- Activos de Risco Equivalentes		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/07 (Risco de Crédito)	643.836.954	789.457.789
Calculados de Acordo com o Aviso 9/07 (Risco de Operacional)	175.295.188	165.843.823
Total de Activos de Risco Equivalentes	819.132.142	955.301.612
D- Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1 (A1 / B)	27,18%	24,86%
Rácio Tier 1 (A2 / B)	25,44%	23,57%
Rácio de Solvabilidade (A3 / B)	25,44%	23,57%

49 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral. Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Sociedade decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

Face à natureza destas alterações (divulgações) não ocorreram alterações significativas decorrentes da alteração desta norma.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo.

Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reaquisição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros. A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de

uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;

- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e

- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2009 são como segue:

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo

- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar

a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto das alterações impostas pelo IFRS 9 ao nível das suas demonstrações financeiras.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008,

sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

O Grupo não espera que o IFRIC 12 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que o IFRIC 17 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que o IFRIC 18 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pelo Grupo a seguinte alteração:

Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo

RELATÓRIOS E PARECERES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL relativos ao Exercício de 2009

Exmos. Senhores Accionistas da
Tecnicrédito SGPS, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Tecnicrédito SGPS, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Tecnicrédito SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas referentes às contas consolidadas e às contas individuais, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas Consolidadas e da Certificação das Contas Individuais, ambas sem reservas, emitidas pela KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., e com cujos teores concordámos.

Do Conselho de Administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

a) As demonstrações financeiras consolidadas e individuais permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;

b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e

c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas e Individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 5 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

António Freitas dos Santos (Presidente)

Manuel Rui dos Santos Caseirão (Vogal)

Maria Teresa Andrade Dias (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Tecnicrédito SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 927.331.225 euros e um total de capital próprio de 261.721.839 euros, incluindo um resultado líquido de 23.637.774 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações dos capitais próprios consolidados e o rendimento integral do exercício findo naquela data, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

   - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circuntâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Tecnicrédito SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações dos capitais próprios consolidados e o rendimento integral do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 5 de Março de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
Representada por Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)